

UFPPBNDiHR

TEXTOS

UFPPBNDiHR

TEXTOS

UFPPBNDiHR

TEXTOS

UFPPBNDiHR

Nº 10

JOÃO PESSOA-PB

Setembro / 1984

UFPPBNDiHR

A FOME NÃO TEM PARTIDO

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DAS

ELEIÇÕES DE 1982 NOS MUNICÍPIOS DE

ALHANDRA E CONDE

*"O homem não tem consciência
nem honra com o estômago vazio".*

Equipe responsável pela elaboração deste trabalho

- . *Carlos Antonio de Andrade Silva*
- . *José Andrade Filho*
- . *Maria de Lourdes do Valle Navarro*
- . *Maria Nelly Cavalcanti*
- . *Marileide de Araújo Navarro*

S U M Á R I O

	Página
INTRODUÇÃO.	1
I - A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES GERAIS .	4
II - DA LUTA PELA TERRA À POLÍTICA PARTIDÁRIA . .	9
II.A - Os Movimentos Sociais - Uma Organiza- ção fora do Marco Sindical	9
II.B - Oposição Sindical.	12
III - A LUTA PARTIDÁRIA	17
III.A- Alhandra	17
III.A- Conde.	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	29
BIBLIOGRAFIA.	35
A N E X O S	36

I N T R O D U Ç Ã O

Neste trabalho pretende-se analisar e compreender o grau de participação, possível, dos trabalhadores rurais na vida política partidária nos municípios de Alhandra e Conde.

Para isso, foram realizadas reuniões informais com trabalhadores ligados ao movimento sindical e às comunidades eclesiais de base, onde, através de um processo de consulta/confronto expressaram o seu ponto de vista sobre as eleições e outras questões relacionadas com seu cotidiano.

Verificou-se, pelo conteúdo das discussões, que a preocupação básica dos trabalhadores rurais não é, especificamente, o processo político partidário, apesar de ter sido este o tema central do debate.

Porisso, não obstante, o objeto do estudo ter sido a participação na vida política partidária, tentaremos caracterizar, em linhas gerais, o contexto sócio-econômico no qual os trabalhadores estão inseridos. Tenta-se ainda, perceber o seu grau de desenvolvimento ideológico e político,

isto é, sua consciência política e suas formas de organização sindical e partidária.

Para desencadear o processo de consulta/confronto tomou-se como base as questões analisadas no documento "Clientelismo e Máquina Estatal nas eleições de 1982"⁽¹⁾ que visam explicar a natureza destas eleições, enfatizando:

- a) o papel do Estado;
- b) os interesses do Governo Federal nessas eleições e suas conseqüências, sobretudo para o Nordeste;
- c) a estratégia utilizada;
- d) a atuação dos partidos;
- e) os resultados eleitorais;
- f) o peso eleitoral dos sindicatos e dos grupos de pressão.

O trabalho, basicamente compreende as seguintes partes:

I - onde se tenta compreender a estrutura de distribuição, posse e uso da terra, a partir das informações dos trabalhadores e dos dados censitários do IBGE. São as considerações gerais sobre a estrutura fundiária.

II - onde se busca compreender a relação existente entre as formas de organização (movimentos sociais, sindicais e partidários). Indo da luta pela terra à política partidária.

Ao final, teceremos algumas considerações sobre a problemática nacional e seus reflexos sobre a problemática local. São as considerações finais.

I - A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os municípios de Alhandra e Conde estão inseridos no litoral sul paraibano e fazem parte do complexo agro-industrial açucareiro que, ao longo do tempo, tem sido palco de lutas camponesas e de grandes conflitos pela distribuição, posse e uso da terra. Nos últimos anos, com a implementação do Proálcool, esses conflitos se exacerbaram com a expansão da fronteira agrícola da cana-de-açúcar. Isso vem contribuindo não só para agudizar o processo de expropriação da terra e de super-exploração da força de trabalho, mas também, para a substituição da cultura de subsistência pela produção de matéria prima para a indústria do açúcar e do álcool.

O Estado vem se constituindo no principal financiador, gerenciador, organizador dos investimentos e produtor associado, através de programas e projetos especiais, sobretudo mediante a fixação do preço do álcool em função do preço da gasolina, que por sua vez cresce continuamente para acompanhar a cotação do dólar e o preço do petróleo.

A política do Proálcool visa, portanto, estimular os empresários agrícolas da região a optar pela cultura da cana para a produção de álcool, pois isso significa a garantia de juros quatro vezes mais baixos do que os vigentes no mercado bancário e prazos de pagamento mais longos do que o necessário para instalar as destilarias. Como se sabe, uma destilaria começa a funcionar a plena capacidade 18 meses após o início da montagem. No entanto, o prazo de amortização dos empréstimos oficiais é de doze anos, com três de carência. Essas facilidades dão ao empresário a garantia de trabalhar três anos com dinheiro do Governo, sem problemas e ainda com a certeza de que, ao final dos doze, a destilaria estará incorporada ao seu patrimônio a preços altamente compensadores.

Nos municípios de Conde e Alhandra os efeitos dessa política têm repercutido de maneira gravíssima na vida dos trabalhadores da zona canavieira. A renda do capital empregado para produzir outros produtos, na região, está diretamente determinada pelo capital aí investido para produzir cana. Isso tem, entre outras conseqüências, contribuído para uma valorização do preço da terra e do arendamento.

As condições de trabalho e de vida, ultrapassaram o limite do sub-humano. O padrão de vida do trabalhador rural, se comparado ao do operário urbano, ou mesmo ao do trabalhador rural de outras regiões, evidencia uma vida apenas vegetativa.

Na medida que cresce o índice de concentração da propriedade fundiária, que já é altíssimo no município de Alhandra, atingindo, em 1970, 1975, 1980: 82,7%, 81,2% e 79,2%, respectivamente, e no município do Conde atingindo nestes mesmos anos: 85,2%, 91,8% e 87,9%, respectivamente, cresce também a concentração da renda e o fluxo de migração do campo para a cidade, aumentando o número da população desempregada.

Assim, altera-se a relação entre a pequena, a média e a grande propriedade, contribuindo para o gradativo desaparecimento dos pequenos domínios, que tem como consequência o decréscimo da área destinada a culturas de alimentos e por outro lado o aumento da área cultivada com cana.

Em Alhandra, em 1970, foram produzidas 539 toneladas de cana correspondente a 6,6% da produção total do município numa área de 19 hectares, que representava 1,7% da área cultivada. No mesmo ano, foram produzidas 7.626 toneladas de mandioca, o que correspondeu a 93,2% da produção total do município numa área de 1.054 hectares, ou 95% da área total. Em 1980, enquanto a produção da cana atingiu 16.662 toneladas, representando 85,5% da produção total do município numa área de 423 hectares, a mandioca chegou apenas a 2.778 toneladas, representando 14,3% da produção e ocupando uma área de 353 hectares. Se considerarmos as três principais culturas (milho, feijão e mandioca) nos referidos anos, constata-se uma situação estarrecedora, pois em 1970, estas culturas representavam conjuntamente 93,4% da produção to-

tal do município e 98,3% da área cultivada; em 1980 passam a representar apenas 14,5% da produção total e menos de 50% da área cultivada.

A situação do Conde não é diferente. Em 1970 a cana representou 1,4% da produção total enquanto que em 1980 passou para 76,3%. As três principais culturas (milho, feijão e mandioca) que em 1970 correspondiam a 98,6% da produção total, em 1980 passam a representar apenas 23,7%.

O que ocorre é que o Governo estimula somente o cultivo de produtos que têm mercado externo ou substituem importações, como é o caso da cana-de-açúcar e da soja. Os gêneros alimentícios não têm garantia de preços para comercialização e daí não merecem as mesmas atenções. O feijão pode ser consorciado com a cana, isto é, plantado no período em que esta é colhida, utilizando a mesma área. No entanto, os empresários não fazem isto porque a demanda do feijão não é remuneradora como a da cana, que é considerada aos olhos do Governo como cultura nobre. Como a massa trabalhadora não tem poder de compra, não há preocupação do Governo de estimular a cultura do milho, do feijão e da mandioca. Assim fica a classe trabalhadora impedida de ter acesso aos produtos alimentares sem que o Estado busque uma forma de corrigir estas distorções. Não há nenhuma medida reguladora das áreas que devem ser incorporadas à cultura da cana.

As conseqüências econômicas e sociais dessa indiscriminada substituição de culturas são gravíssimas. O homem do

o campo se vê obrigado de plantar, colher e comer e a categoria vai se transformando num sub-proletariado rural vivendo na miséria absoluta, pois a tendência é o aumento do trabalho assalariado e dentro deste o trabalho volante sazonal. Se for intensificada a utilização de tecnologia moderna, predominará o trabalho sazonal em detrimento do emprego permanente na agricultura.

A estrutura fundiária destes municípios comprova que as ações do Estado, através dos programas e projetos, são transformadas num reforço e num prolongamento dos interesses privados dos usineiros na região, o que lhes possibilita o controle total da estrutura econômica e político-partidária e ainda a tutela do sindicato dos trabalhadores rurais. Embora a luta entre trabalhadores e empresários se inscreva num contexto de relações mais amplo, isto é, trabalhador-empresa-Estado, o que lhe confere um caráter imediatamente político, a organização da classe para enfrentar esta situação se dá, de modo geral, num movimento assessorado pela Igreja e fora dos marcos do Sindicato e dos partidos.

A atual política agrícola e agrária do Governo para a agricultura tem repercutido de maneira gravíssima nas condições de vida dos trabalhadores da zona canavieira, provocando permanentes conflitos de luta pela terra. É que os trabalhadores, não mais suportando o pesado ônus dessa política, vêm de modo gradativo, mas com decisão, abandonando a postura defensiva e passando a se organizar e a confrontar-

se com os proprietários, o Governo e sua política, agora, de modo ofensivo.

Embora não seja nosso intuito historiar aqui os movimentos sociais e sindical nesses municípios, não deixaremos de fazer uma rápida incursão retrospectiva sobre os conflitos reiniciados em 1975, em Alhandra, e a retomada do sindicato dos trabalhadores em 1978. Para efeito deste trabalho, é de suma importância que se faça a relação destes movimentos com a posição dos trabalhadores nas eleições de 1982 no contexto da vida política partidária, no âmbito dos dois municípios em questão.

II - DA LUTA PELA TERRA À POLÍTICA PARTIDÁRIA

II.A - OS MOVIMENTOS SOCIAIS - UMA ORGANIZAÇÃO FORA DO MARCO SINDICAL

A luta pela terra, abafada pela repressão em 1964, ressurgiu no município de Alhandra, em 1975, quando o Sr. Herculano Lundgren Bandeira de Melo procurou vender a fazenda Mucatu. Cerca de 50 moradores, dos 174 ali residentes, entraram em contato com o proprietário a fim de adquirir a fazenda, pois, de acordo com o Estatuto da Terra, os morado

res têm direito preferencial de compra do imóvel onde residem e trabalham. Este direito foi desrespeitado e a propriedade foi vendida a um grupo de Pernambuco que imediatamente proibiu o plantio de inhame, mandioca e outras culturas alimentares e determinou fossem plantados bambu e cana.

O fato foi denunciado pelos trabalhadores à Federação, à Imprensa e Secretaria de Segurança Pública. Em represália às denúncias, o novo proprietário mandou destruir o Centro Social e Religioso construído pelos moradores e ameaçou também derrubar as casas residenciais. Mais uma denúncia foi feita, desta vez pela Federação, às autoridades estaduais, ao Ministério da Agricultura, ao INCRA, ao Grupoamento de Engenharia e à Confederação dos Trabalhadores Rurais.

A luta continuou. Os trabalhadores, contando com o irrestrito apoio da Igreja, conseguiram também a solidariedade dos órgãos de imprensa e da opinião pública em geral, transformando a luta econômica e jurídica pela terra numa questão política. A área foi declarada de tensão social e, após um ano de resistência por parte dos trabalhadores, às vésperas das eleições de 1976, foi desapropriada por decreto presidencial. Saliente-se, porém, que, passadas as eleições, os trabalhadores ainda tiveram que aguardar três anos para que o INCRA regularizasse o assentamento dos parcelários nas áreas desapropriadas.

Além do explosivo caso Mucatu, outros conflitos de

terra surgiram não só em Alhandra e Conde, mas também em Pitimbú e Caaporã, dentre os quais se destacam: Camucim, Capim de Cheiro, Árvore Alta, Sibaúma, Abiaí, Gurugi e Paripe, todos por demais divulgados pela imprensa local.

Gurugi e Paripe, no Conde, após três anos de luta, foram desapropriados em 1982, também às vésperas da eleição. Mesmo assim, os trabalhadores tiveram prejuízos irreparáveis, uma vez que o decreto de desapropriação beneficiou o proprietário com as melhores terras e a maior área. Os demais conflitos ainda não foram solucionados.

A rápida descrição desses casos de conflitos pela posse e uso da terra leva-nos a acreditar que a força de pressão exercida por estes movimentos sociais no campo decorrem de sua organização pela base e de sua direção política. Em todos eles verifica-se uma presença marcante da Pastoral da Terra, cuja assessoria vem substituindo o trabalho que deveria ser realizado pelo movimento sindical e partidário. O que nos leva a concluir que os movimentos sociais no campo se constituem uma organização dos trabalhadores rurais fora do marco sindical e partidário.

O fato dos agricultores não utilizarem os canais legais (sindicatos e partidos) para reivindicar seus direitos pode ser explicado por duas razões: o total comprometimento dos sindicatos com outros interesses que não os da categoria e a organização pela base, como única forma de resistência capaz de fazer face às modificações das relações de

trabalho no campo.

De 1964 até 1978 os sindicatos funcionaram sob a tutela da Igreja conservadora e dos usineiros. No entanto, depois do caso Mucatu já mencionado, os trabalhadores passaram a investir de forma mais organizada na luta pela retoma da do Sindicato.

II.B - OPOSIÇÃO SINDICAL

Já em 1975, o Sr. Antônio Amâncio, morador da Fazenda Mucatu, área de grande tensão social, anteriormente mencionada, candidatou-se para Presidente do Sindicato contra o Sr. Bulandi, que há vários anos dirigia aquele órgão, sob a orientação do usineiro Renato Ribeiro Coutinho. Houve fraude nas eleições, como era de costume acontecer e Antônio Amâncio foi derrotado. O fato dos agricultores de Mucatu estarem envolvidos naquele conflito de terras, assessorado por parte da Igreja progressista, levou Antônio Amâncio a considerar aquela luta mais importante, não tendo denunciado oportunamente as irregularidades ocorridas, o que veio a fazer posteriormente.

Nas eleições de 1978, com base na experiência de luta no conflito social de Mucatu, onde o Sindicato esteve ausente, os trabalhadores mais organizados concorreram novamente com uma chapa de oposição contra Bulandi, e apresenta

ram Antônio Amâncio candidato a Presidente. O resultado das eleições deu empate de votos entre Bulandi e Antônio Amâncio. Houve nova votação e Bulandi ganhou com 173 votos de diferença para Antônio Amâncio, que não aceitou o resultado desta votação, denunciando que houve fraude e que iria apelar para o Ministério do Trabalho e para a Federação. Renato Ribeiro organizou uma grande festa, levou a Rádio Tabajara para Alhandra e empossou Bulandi. Participaram vários políticos desta festa, inclusive o Sr. Wilson Braga, deputado federal na época, e Antônio Amâncio, candidato derrotado, que na ocasião buscava informações sobre as irregularidades ocorridas.

A seguir, foram feitas as denúncias aos órgãos competentes e, constatadas as irregularidades, Bulandi foi afastado da Presidência, tendo sido substituído por uma junta interina pelo prazo de 90 dias, quando deveria ser realizada uma nova eleição. Desta vez, Antônio Amâncio foi eleito com 293 votos de maioria sobre Bulandi.

Durante os dois anos de sua gestão organizou uma assessoria jurídica no Sindicato, contratou advogados e se empenhou na orientação e defesa dos direitos dos trabalhadores. Contou com a participação da Igreja, que dava assessoria educacional aos trabalhadores, aliando o movimento sindical aos trabalhos da pastoral.

Em 1981, houve nova eleição e a Igreja apresentou sua chapa contra Antônio Amâncio, que pretendia se reeleger, con

tando para isso com o apoio do advogado dos trabalhadores Júlio Cezar Ramalho Ramos. Houve uma mobilização intensa em torno desta eleição, e a Igreja participou ativamente da campanha contra Antônio Amâncio, que foi eleito com uma maioria de 500 votos sobre seu adversário. O candidato da Igreja conseguiu apenas 43 votos.

O trabalho de Antônio Amâncio no Sindicato vem se destacando pela maneira corajosa como ele enfrenta os proprietários na defesa dos direitos dos trabalhadores. Organizou cinco delegacias sindicais e nas duas gestões os trabalhadores ganharam setenta e duas causas contra os proprietários. O movimento sindical vem se afirmando na região e mais uma vez Antônio Amâncio foi eleito o Presidente do Sindicato, contra outra chapa, lançada também com o apoio da Igreja, que tenta tutelar este movimento no litoral sul paraibano.

Em 1982, contrariando a orientação da Contag no momento das eleições, Antônio Amâncio afastou-se da direção do Sindicato e candidatou-se a vereador pelo PMDB. Embora houvesse uma orientação nacional para que os trabalhadores rurais participassem ativamente das eleições, somando sua força política com todos os setores que lutam pela redemocratização do país, havia também uma orientação explícita aos dirigentes sindicais no sentido de não serem candidatos a cargos eleitorais. Isso evitaria que fossem afastados do movimento sindical seus melhores quadros que, na maioria das vezes, ficariam isolados, sem as condições necessárias

para defender sua classe como faziam anteriormente à frente dos sindicatos.

Isto porque, comparando o poder político de um vereador, de um Prefeito, com o do líder sindical, isto é, sua capacidade de influir na vida da comunidade e da nação, o líder sindical é bem mais importante.

A prática está comprovando isto. Antônio Amâncio foi eleito vereador pelo PMDB e o primeiro projeto que apresentou na Câmara foi derrotado. O PMDB conta apenas com 3 vereadores contra 5 do PDS, que garantem maioria contra todas as pretensões da oposição. E Antônio Amâncio, de líder que era do movimento sindical na região, se encontra totalmente isolado no trabalho político partidário.

A orientação da Contag insistia em que o Movimento Sindical dos trabalhadores rurais a nível estadual e municipal, exigisse dos partidos políticos e seus candidatos uma definição pública, clara e imediata, sobre as reivindicações de classe, inclusive que iniciativas deveriam tomar e quando, para tentar implementá-las.

Com base na orientação da Contag a Federação dos Trabalhadores da Paraíba elaborou um documento e promoveu um debate com os três candidatos a Governador. Na ocasião, seria discutido e assinado o documento pelos candidatos que se comprometessem com os interesses dos trabalhadores ali explicitados. Compareceram ao debate o Sr. Antonio Mariz, candidato do PMDB e o Sr. Derly Pereira, candidato do PT.

O Sr. Wilson Braga, candidato do PDS, não compareceu.

Neste encontro, os candidatos deveriam apresentar seus programas e se comprometerem com as reivindicações dos trabalhadores rurais, se viessem a ser eleitos. A assinatura do documento perante as lideranças do movimento sindical, ali representado, seria a garantia do compromisso assumido com a categoria. No caso de quebra de acordo, poderia e deveria ser cobrado.

Em síntese, o documento tratava da terra como a questão política mais importante para os trabalhadores e por ~~isso~~^{isso} mesmo, considerada ponto de partido de qualquer ação governamental comprometida com os interesses da maioria. Nesse sentido, exigiam como medida de absoluta urgência a imediata desapropriação das áreas de conflito por interesse social, bastando para tal usar o Estatuto da Terra que depende de decisão política. Relacionada a mesma questão, é feita a exigência, também, da imediata desapropriação das áreas com concentração de parceiros e arrendatários, tradicionais produtores de alimentos, que estão sendo substituídos pela grande produção voltada para o mercado externo e pela implantação de canaviais para a produção de álcool carburante.

As demais reivindicações contidas no documento estão todas relacionadas a mudanças profundas na política agrícola e agrária (vide síntese em anexo).

III - A LUTA PARTIDÁRIA

III.A - ALHANDRA

A vida política partidária dos municípios de Alhandra e Conde é dirigida e dominada por grupos de oligarcas, cujo poder de influência é exercido em todo o litoral paraibano.

Quanto a Alhandra, com base nos depoimentos dos agricultores, tentaremos resgatar um pouco da sua história política, traçando um rápido perfil da vida partidária.

Até 1962, Alhandra pertencia à Comarca de João Pessoa. No Governo de Pedro Gondim foi transformada em Município e seu primeiro Prefeito saiu dos quadros da oposição.

Com a mudança do regime em 1964 e com a forte repressão ao movimento das ligas camponesas, os sindicatos passaram a ser tutelados pelos usineiros, e a cooperativa dos trabalhadores foi entregue à direção de um militar reformado, fazendo com que esta categoria fosse excluída totalmen-

te de qualquer tipo de participação política.

A política partidária passou a ser comandada por grupos representantes de Renato Ribeiro Coutinho e Agnaldo Veloso Borges, ambos grandes usineiros.

Fazendo oposição a este grupo, existiam na época Abelardo Jurema e Manuel Torres, ambos estranhos aos reais interesses da comunidade e diretamente ligados aos irmãos Carneiro - Janduy e Ruy.

Atualmente exercem influência política, nesta área, o Sr. Joacyl de Brito Pereira (deputado federal - PDS), Fernando Milanez (deputado estadual - PDS) e Waldir Bezerra (deputado estadual - PMDB).

Nos municípios onde estes grupos disputavam o poder, era usada a seguinte tática:

- monopolizavam a área, lançando dois candidatos, um apoiado por Renato e outro por Agnaldo, impedindo assim o surgimento de um terceiro candidato, no caso de oposição.
- como consequência deste monopólio e pela falta de reforço partidário, as forças oposicionistas se sentiam impossibilitadas de concorrer com o poder econômico e não lançavam candidatos.
- contribuíam, desta forma para que o partido governista, sem competidores, elege-se os seus candida-

tos a todos os cargos eletivos, assegurando sua permanência por longo tempo no poder.

Analisando de modo comparativo os resultados das eleições de 1972, 1976 e 1982, verifica-se o seguinte:

- 1) Em 1972, a oposição não apresentou candidato, mesmo assim o partido governista obteve 49,9% dos votos contra 47,1% de votos em branco.

Aqui está uma significativa indicação de que em Alhandra tem oposição mas não tem partido.

A massa trabalhadora, impedida de se organizar e sem alternativa de escolha, optou pelo voto em branco, única forma de protesto possível.

- 2) Em 1976 a oposição apresentou candidato a Prefeito, tendo conseguido apenas 8,2% da votação contra 84,3% da Arena. A percentagem de votos em branco foi de 3,1%.

Como explicar isto? Tudo indica que o surgimento da luta pela terra, que culminou com a desapropriação das Fazendas Mucatu, Gurapu e Andreza, foi considerado como uma forte ameaça aos interesses dos usineiros na região, que perceberam o efeito da demonstração de força da classe e sua repercussão em toda a zona canavieira. Dai a nossa hipótese de que houve neste ano um forte inves

timento na compra do voto e nas demais práticas de suborno e coação. Agora não bastou o apoio moral dos chefes aos seus candidatos, a oposição ressurge apresentando candidato e é fragorosamente derrotada. Tudo deve ter sido feito para que ela não viesse a se fortalecer. Por outro lado, os candidatos apresentados pela oposição são escolhidos à revelia dos trabalhadores rurais, portanto, sem representatividade popular. Somando-se isso à desorganização do partido oposicionista, conclui-se que esses são fatores que contribuem para o fortalecimento das forças situacionistas.

*Comissão
Mais
na
Pul d -
FICM*

- 3) Em 1982, o PMDB apresentou três candidatos a Prefeito e o PDS também. O PDS elegeu seu candidato com 45,6% dos votos sobre 39,8% do PMDB. O percentual de votos em branco foi de 9,8%.

Para Governador, o PMDB conseguiu 46,2% sobre 44,1% do PDS.

Por força da vinculação dos votos, esperava-se que os resultados da votação para Governador coincidissem com a votação para Prefeito.

No entanto, o fato do Tribunal Eleitoral ter anulado as candidaturas dos Srs. Alfredo Ferreira, comerciante no município, e Manuel Gomes Lopes, ligado ao movimento sindical e à Pastoral da Terra, contribuiu para que estes fizes-

sem chapa camarão para Prefeito, alegando que teria sido manobra de Pedro Isnã, funcionário do Banco do Brasil que surgiu de última hora como candidato do PMDB.

O Tribunal alegou irregularidade nas atas e o PMDB nem prestou a assistência jurídica devida à questão e nem fez os esclarecimentos necessários à população. Mais uma vez o candidato foi lançado por políticos tradicionais que não levaram em conta o seu grau de conhecimento na área, suas relações com a massa trabalhadora e sua folha de serviços prestados à comunidade. Apesar disso houve uma ampla mobilização nos sítios e os trabalhadores rurais, enfrentando a poderosa máquina administrativa e os três candidatos do PDS, conseguiram maioria para Governador e elegeram três vereadores.

A desorganização das forças de oposição nesta área é tão grande que o filho do Presidente do Sindicato, o combativo Antônio Amâncio, se candidatou a vereador pelo PDS, sendo obrigado, por ponderações dos seus companheiros a retirar sua candidatura em favor do seu pai.

Fica comprovado que as lideranças sindicais são utilizadas sem que seja feita uma ampla discussão com as bases da categoria sobre onde seus líderes estariam defendendo melhor seus interesses - se no sindicato ou na Prefeitura.

Ao avaliar o resultado das eleições, as lideranças do movimento sindical assim se expressaram:

- "Em Alhandra tem oposição, mas não tem partido. Waldir Bezerra só quer voto, só vem aqui nas eleições. Diz que vai organizar o diretório e fica na promessa. A gente nem pode fazer nada e fica esperando por ele todo ano. Perdemos as eleições para prefeito porque não temos estrutura partidária para concorrer com o PDS, que foi o partido mais financiado nessas eleições. Além do mais Ginaldo Pontes, candidato do PDS é genro de Zê Marinho, famoso exportador de inhame no município. Teve tudo a seu favor para se eleger. A ignorância dos nossos candidatos a prefeito que fizeram voto camarão foi outra causa de nossa derrota. Aqui o povo é quem quer mudar, mas quando dá a partida a bateria arreja".

"O grupo de Milanez saiu fortalecido porque teve todas as condições. Aqui eles têm o controle do Delegado ao porteiro do Cemitério. Mandam e desmandam. Além do mais, Mariz não tinha nenhum serviço prestado ao município. Wilson, não tinha serviço prestado, mas soube negociar com a fome e a ignorância do povo. Distribuiu esmolas e fez promessas. Isso não foi eleição, foi uma negociata com a miséria. E ninguém tem honra nem consciência com as tripas roncando".

- "Nas áreas desapropriadas os parceleiros votaram todos na oposição. Nas outras áreas os trabalhadores foram coagidos pelos patrões".

- "O povo votou no PDS por medo. Wilson dizia que ia demitir todo mundo que é empregado do Governo. Também as-

sim: o patrão arrochando dum lado, o governo arrochando do outro, todo mundo tinha que ceder".

- "No Sul, o trabalhador perde o emprego mas arranja outro. Além do mais o Presidente assombrou o povo. Ele dizia em seus pronunciamentos que o Governo vendesse o Estado, mas ganhasse as eleições. Fez pronunciamento em Campina Grande, em João Pessoa e em todos os Estados do Nordeste e a conversa era a mesma: ganhar as eleições de qualquer jeito".

"- O Presidente mostrou que o Governo controla, administra e sabe negociar com a miséria quando lhe é conveniente."

Além destas afirmações sobre a estratégia política usada a nível local, os trabalhadores concordam que, a nível da região Nordeste:

- o processo de reformulação partidária dividiu a oposição e ampliou o espaço de manobra do Governo.
- a vinculação do voto favoreceu o PDS, partido mais organizado na região.
- a simultaneidade das eleições em todos os níveis, federal, estadual e municipal, aliada à vinculação do voto, contrariou a expectativa do voto plebiscitário, municipalizando o pleito.⁽²⁾

(2) ANDRADE, M.A.Alonso. Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982.

fato
no
atual

III.B - CONDE

No município do Conde a realidade não é diferente. Durante três anos, 90 famílias enfrentaram uma luta para permanecer na terra, semelhante à de Alhandra. Trata-se do conflito social de Gurugi e Paripe, que contou com apoio total da Pastoral Rural e a indiferença também total do Sindicato. Após três anos de luta, a terra foi desapropriada pelo Sr. Tarcísio Burity, às vésperas das eleições.

Desde 1978 que os trabalhadores se reúnem com a assessoria de agentes da pastoral para refletir sobre seus problemas, à luz do Evangelho.

Em 1979 começaram a pensar em fundar um sindicato na sede do município para se libertarem da tutela jurídica do Sindicato sediado em João Pessoa. Fizeram várias reuniões para discutir uma estratégia de ação conjunta, mas não chegaram a concretizá-la, porque a luta pela terra mobilizou toda a população para um único objetivo - desapropriação de Gurugi e Paripe.

No início de 1982, por iniciativa dos trabalhadores, com a assessoria de um grupo dissidente da pastoral rural, foi desencadeado um processo de trabalho voltado especificamente para a questão das eleições. Realizaram-se várias reuniões nos sítios para discutir que posição os trabalhadores deveriam tomar face ao processo político eleitoral. As lu-

tas todas eram avaliadas e agora os agricultores sentiam a necessidade de participar do poder político local. Esta seria a melhor maneira de criticar a política tradicional do Sr. Almir Correia naquele município. Os métodos tradicionais de suborno eram avaliados e o total abandono da área aos desmandos do Coronel e seus representantes eram postos em cheque. Os trabalhadores decidiram organizar o diretório do PMDB e apresentaram um trabalhador como candidato a Prefeito. A campanha estava em pleno desenvolvimento quando foi anulada a candidatura do trabalhador pelo Tribunal Eleitoral. Foi constatado que o mesmo fora iludido pela dona do Cartório local, para assinar uma ficha, vários meses antes da campanha, dizendo a mesma que se tratava de uma pesquisa do Governo Federal. Na realidade, esta ficha era de filiação ao PDS, o que o incompatibilizou para ser o candidato do PMDB. O caso teve a mínima repercussão na cúpula do partido, porque o presidente do diretório regional se desinteressou pela campanha política, visto que seu cunhado, deputado da área, era candidato novamente pelo PMDB e ambos sentiram que haviam perdido o controle do eleitorado na direção da política tradicional dos anos anteriores. A população, agora, estava mais esclarecida e exigia compromissos dos candidatos em relação às suas lutas e aos seus interesses de classe. Houve ainda uma tentativa de composição dos grupos do PMDB no município e foi apresentado um outro candidato que era um trabalhador aposentado da marinha. Durante a campanha, sua influência foi mínima. Não teve o menor

apoio do partido e se deslocava de ônibus de João Pessoa, onde residia, para o Conde e lá andava a pé para fazer os contactos com os eleitores.

O partido não financiou nem os retratos do candidato para fazer sua propaganda. Os vereadores fizeram sua campanha também sem o menor apoio.

Em contrapartida, o genro de Almir Correia era o Prefeito e colocou a Prefeitura a serviço da campanha do seu substituto. Almir Correia saiu de sítio em sítio ameaçando os trabalhadores que votassem contra ele. Sua mulher, a Sra. Jeramyl, fazia reuniões permanentes em sua residência de Jacumã, onde distribuía presentes e dinheiro com o eleitorado. Os trabalhadores nunca foram tão ameaçados como nesta campanha. Mesmo assim resistiram e o resultado do seu posicionamento político foi contribuir com 39,8% da votação para o candidato a Prefeito da oposição, contra 45,6% do candidatado PDS, que tinha a seu favor todo o empenho dos oligarcas do município. Isto associado a 26,3% de abstenção e 9,8% de votos em branco mais 4,8% de votos nulos, de um total de 4.225 eleitores.

Se compararmos aos resultados das eleições de 1976, em que a ARENA, como partido único a disputar as eleições e numa coligação com o MDB, tirou 77,5% da votação para Prefeito, verifica-se que a oposição pela 1.ª vez no Conde cresceu consideravelmente. Crescimento este que se deve única e exclusivamente à participação dos trabalhadores na

campanha política. Em 1972 em iguais condições de 1976, a ARENA elegeu seu Prefeito, com 72% dos votos. Houve na época uma abstenção de 35,7% num total de 1.385 eleitores. Este total subiu para 2.210 em 1976 e para 4.225 em 1982. O que prova o interesse dos trabalhadores em dobrar o número de votantes. Houve uma ampla campanha também neste sentido.

O percentual de votos em branco nos municípios estudados é um fato que chama a nossa atenção e que tentaremos esclarecer.

Se compararmos os resultados das eleições de 1972, 1976 e 1982, verificaremos o seguinte:

Em 1972, a ARENA foi o único partido a apresentar candidato, obtendo 72,2% sobre 24,5% dos votos em branco.

Em 1976, em iguais condições, a ARENA conseguiu 75,5% sobre 21% de votos em branco.

Em 1982, em condições conjunturais bastante diferentes, com a alternativa de escolha entre candidatos do PMDB e do PDS, o percentual de votos em branco passa para 28,4%.

Como explicar a constância deste fato em todas as eleições?

Em uma reunião realizada para avaliar o resultado das eleições, os trabalhadores esclareciam que:

- "Aqui no Conde o PMDB estava totalmente desorgani-

zado, só de última hora é que o diretório foi organizado com a participação dos trabalhadores que, desta vez, queriam concorrer às eleições apresentando uma chapa de oposição";

- "Vários meses antes da eleição o PDS fez a filiação dos melhores líderes dos trabalhadores sem que eles soubessem desta filiação";

- "Este fato contribuiu para que o tribunal impugnasse a candidatura da chapa lançada com a participação dos trabalhadores";

- "Ao invés do PMDB comprovar junto ao Tribunal que essas filiações teriam sido feitas de má fé, apresentou um outro candidato sem consultar os trabalhadores";

- Por não ter representatividade junto à categoria, o novo candidato estaria fadado a rezar na cartilha do politico que o escolheu em detrimento dos interesses dos trabalhadores;

- Mesmo assim, houve uma ampla mobilização da classe que fez campanha por necessidade de votar contra o Governo.

A persistência do voto em branco pode ser explicada pela falta de estrutura partidária da oposição, pela decisão dos trabalhadores de não votarem no candidato do governo e pela não aceitação do candidato oposicionista escolhido à revelia da massa trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Paraíba, ainda predomina o Coronelismo como estilo político que deu origem ao municipalismo: a cada família, a cada clã, o controle de um município.

No caso específico dos municípios de Alhandra e Conde, a estrutura econômica e político-administrativa local é um reforço e um prolongamento do poder dos oligarcas que transformam as ações do Estado na região numa projeção de seus interesses privados.

Assim, o que ocorre na realidade é uma permanente luta entre trabalhadores rurais e proprietários que, financiados pelo Governo, pretendem transformar o litoral paraibano num imenso canavial.

No entanto, para que ocorram estas transformações sem alterar a estrutura fundiária, o Governo vem se apoiando no autoritarismo político que, ao mesmo tempo que revigora o Coronelismo, aprimora também a coação sobre as organizações populares.

Se nos períodos eleitorais verificam-se inúmeros casos de desapropriação de áreas de tensão social, há por outro lado, um investimento ostensivo do partido governamental no sentido de controlar e dirigir os órgãos de classe para fins políticos eleitoreiros. A pressão é tamanha que, na Paraíba, de 135 sindicatos dos trabalhadores rurais, apenas três se posicionaram claramente contra a política oficial: o de Alhandra, o de Pitimbú e o de Sapé. Os demais sindicatos apresentaram candidatos a cargos de Vice-Prefeito e vereador, além de fazerem campanha aberta para o PDS.

A combativa líder sindical Margarida Alves, tragicamente assassinada por "mandantes desconhecidos" em agosto de 1983, era militante do PT, membro fundador do CENTRU, mas por força da coação teve que se afastar da Presidência do Sindicato, 40 dias antes da eleição, e fazer política para o PDS, em frontal desacordo com a orientação do movimento sindical a nível nacional e com a sua prática política.

Assim, os sindicatos estão sendo capturados pelo partido do Governo, que atualmente controla e dirige as eleições de todos os organismos populares no campo e na cidade.

É por demais conhecida a luta travada pela oposição sindical com o apoio do PT, da Igreja e outras forças de oposição contra o partido do Governo nas eleições da FETAG realizadas este ano. Houve reeleição da diretoria anterior que concorreu com chapa única, uma vez que o lançamento de uma chapa pela oposição sindical só iria concorrer para uma

maior divisão do movimento já por demais abalado com a intervenção governamental.

As eleições das diretorias de associações de bairros são exemplos também conhecidos de um novo estilo de intervenção nos órgãos de classe. A Igreja e as esquerdas lançam uma chapa, o Governo lança outra e ao povo só resta a máxima popular: "se ficar o bicho pega, se correr o bicho come".

Na área estudada pode-se afirmar que:

A - Se não há uma relação orgânica entre as lutas pela terra, a luta sindical e a luta partidária, isso decorre do fato de todas as formas de organização popular estarem sob pressão de grupos cujos interesses são alheios aos interesses reais da categoria.

B - A estrutura de distribuição posse e uso da terra concentra o poder econômico e político nas mãos dos oligarcas.

C - A política governamental vem contribuindo para o fortalecimento desse poder em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

D - Não obstante a organização da categoria nos movimentos sociais, no movimento sindical, e o posicionamento da CONTAG no momento das eleições, constata-se que nenhum dos

partidos políticos existentes é capaz de dar unidade a estas organizações, absorvendo a insatisfação das massas trabalhadoras.

Esses e outros fatores contribuem para que não exista uma educação política sobre os problemas fundamentais da sociedade e conseqüentemente para a formação de partidos identificados com os vários segmentos de classe e seus respectivos interesses. Pois o que existe atualmente é uma ficção de partidos.

Percebe-se que nas questões de terra os trabalhadores distinguem que a luta é polarizada por agricultores, de um lado, e empresários e Estado do outro. Distinguem os aliados e inimigos de seus interesses.

No entanto, no momento das eleições, os interesses mais gerais da categoria passam a ser subordinados a necessidades imediatas que os condicionam a assumir compromissos com os empresários e seus legítimos representantes. Neste momento, há uma redefinição no jogo dos contrários e uma "aliança" entre forças que por determinação estrutural são antagônicas.

Os fatos demonstram que não há uma relação de causa e efeito entre a situação de classe e o comportamento político dos homens. Existem mediações que determinam as práticas políticas, possibilitando que elas sejam mais ou menos orgânicas.

O comportamento político dos trabalhadores do Conde e Alhandra não está isolado deste contexto. Sua compreensão passa pelo modo como tem sido tratada a questão agrária e a questão Nordeste a ela diretamente relacionada.

Ao longo da história variam a forma e o papel do Estado. Mas a questão agrária, embora presente em todos os Governos e estilos políticos correspondentes, em nenhum momento foi efetivamente vivida como uma luta política. Tanto isso é verdade que as massas trabalhadoras rurais permaneceram excluídas, isoladas, dominadas politicamente pelos oligarcas e ideologicamente pelos curas, médicos e juizes, intelectuais orgânicos da classe rural.

As ligas camponesas constituem o primeiro movimento da massa trabalhadora rural que se levanta para exigir reforma agrária. Agora, não basta ao Estado atuar sobre a estrutura agrária, sem transformá-la. A classe exige reforma radical que vai implicar na mudança da forma e do papel do Estado.

Há uma ampla mobilização de todos os segmentos da sociedade pelas demais reformas de base e as respostas do Estado a estas exigências são por demais conhecidas.

Tentar recuperar a memória histórica da reforma agrária, que não é tema deste trabalho, é tentar recuperar o roteiro da violência nesta país.

Daí concordarmos com a tese de Abdias Vilar: "a ques

tão da democracia neste país passa pela questão agrária e pela questão Nordeste". (2)

Enquanto estas questões permanecerem intocáveis os trabalhadores rurais permanecerão excluídos de participar, excluídos de sua cidadania. O que nos leva a concluir que a consciência de classe ou a capacidade de classe trabalhadora se articular politicamente contra os patrões e o Estado passa por determinações estruturais e conjunturais, que por sua vez são determinadas por uma história concreta, isto é, pelo sucesso ou fracasso dos atores em transformar sua vontade particular numa força social que modifique a própria estrutura.

Confiante de que a troca de saber - acadêmico e popular - sobre uma mesma problemática, seja o método capaz de produzir um conhecimento que nos aproxima sucessivamente da realidade, apreendendo sua diversidade espera-se que este trabalho possa contribuir ao debate do tema.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Abdias Villar de. Reforma Agrária: União e Cisão no Bloco Agrário Industrial. Trabalho apresentado na 30a. Reunião Anual da SBPC. S. Paulo, 1978.

ANDRADE, M. A. A. Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982.

CNPq. Avaliação Tecnológica do Alcool Etílico. 1978.

A N E X O

O DOCUMENTO DA CONTAG NO MOMENTO DAS ELEIÇÕES

"Os trabalhadores rurais e as Eleições de 82"

- A Confederação Nacional dos Trabalhadores assim se refere à repressão política: - "Ninguém mais do que os trabalhadores rurais e suas entidades de classe sofreu as conseqüências do autoritarismo político.
- Não foi apenas a invasão a todas as nossas atividades ao longo desses anos.
- Foram as prisões, as mortes de companheiros, os interrogatórios de dirigentes e outros sindicalizados nos quartéis, a apreensão de material, os processos de Lei de Segurança Nacional, como o que atinge atualmente o Presidente da CONTAG e outros sindicatos. Vi mos de perto o que significa não dispor de habeas corpus para liberar companheiros presos; o que significa enfrentar a violência policial e bandos de jagunços sem ter uma Justiça com autonomia suficiente para fazer prevalecer a lei.
- Foi a intromissão permanente do Ministério do Trabalho nos assuntos sindicais.
- Foram as leis feitas de cima para baixo, sem que os

trabalhadores fossem ouvidos.

- Foi a censura à divulgação pela imprensa das violências que sofriamos.
- Foi a proibição de qualquer manifestação de inconformismo diante da situação de vida dos trabalhadores rurais. Todos nós sabemos o que custou construir um movimento grande, que se implantou com o autoritarismo político vigente a partir de 1964 que com as eleições não desapareceram, mas, a cada nova eleição o eleitor ia perdendo direitos como: - em 1964, a cassação de direitos torna o número crescente de políticos inelegíveis. - Em 1965 o Ato Institucional nº 2 retira dos brasileiros o direito de escolherem através do voto direto, o Presidente e o Vice Presidente da República e dissolve os partidos políticos. - Em 1966 também a escolha de governadores e Vice Governadores passa a ser indireta; Os Prefeitos das capitais e dos municípios de "Segurança Nacional" passam a ser escolhidos pelos Governadores. - Em 1976 para evitar a repetição das derrotas eleitorais de 1974 o Governo limitou o acesso dos partidos e candidatos à televisão - (Lei Falcão) e, - em 1977, inventa os "Senadores biônicos" (1/3 do Senado por indireta) - Em 1980, o mandato dos prefeitos e vereadores é prorrogado, os partidos políticos são dissolvidos. - Em 1982 é estabelecida a vinculação de votos, fica proibido o voto de legenda e inviabilizada a coligação partidária.

Salienta-se nesse documento que o movimento sindical se reconhece uma força política e como tal precisa somar esforço com todos os setores que lutam pela redemocratização do país. Assim define a linha que deve orientar o comportamento dos trabalhadores em todas as suas ações durante essa fase de muita importância para a vida política brasileira — *participar ativamente das eleições.*

Orienta a CONTAG: - que participar ativamente não significa fazer dos dirigentes sindicais candidatos a cargos eleitorais. Esta medida afastaria do movimento sindical seus melhores quadros que ficarão, na maioria das vezes, isolados sem as condições necessárias para defender sua classe como faziam no movimento sindical. Comparando o poder político de um Prefeito ou Vereador com o de um líder sindical, isto é, sua capacidade de influir nas decisões que afetam a vida da comunidade ou da nação, o líder sindical é bem mais importante.

- Que não se pode confundir participação eleitoral com apoio a candidato A ou B, da simpatia pessoal dos dirigentes sindicais, ou recomendado por autoridade com quem tenha contacto. A experiência mostra que isso atrasa o movimento sindical e que não pode ser repetido. O sindicato não pode ser instrumento desse ou daquele partido, deve manter sua autonomia como entidade política inconfundível por seus métodos e finalidade, com qualquer partido político. A divisão partidária dentro dos sindicatos impede a unidade da classe enfraquecendo e atrapalhando a luta dos traba

lhadores. Os trabalhadores precisam sair das eleições fortalecidos e não divididos e enfraquecidos.

- Que a participação nas eleições não deve ser pensada em termos individuais dos dirigentes mas como um tipo de luta dos trabalhadores através de seus órgãos de classe.
- Que o programa que deve orientar o comportamento dos trabalhadores no ato de participação ativamente das eleições deve tomar como referência básica as lutas defendidas pelo Movimento Sindical e legitimadas pelos seus representantes nas conclusões do 39 Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, nas Conclusões da 1a. Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, nas Conclusões dos Encontros Interestaduais (Encontros Nacionais sobre Assalariados Rurais, sobre Política Agrícola, sobre conflito de terra, sobre problema de seca que são a expressão de suas lutas no dia a dia). O momento das eleições é mais uma oportunidade para o trabalhador questionar a política econômica que o está esmagando.
- Que o Movimento Nacional de Trabalhadores Rurais, a nível estadual/municipal exija, dos partidos políticos e candidatos, uma definição pública, clara e imediata das reivindicações da classe, inclusive que iniciativas devem tomar e quando, para tentar implementá-las.

Assim, a Federação dos Trabalhadores da Paraíba, por orientação da CONTAG elaborou um documento que foi apresenta

do aos candidatos a Governador, por ocasião de um debate destes com os agricultores realizados na federação. O convite para o debate foi feito aos candidatos do PDS Wilson Braga - do PMDB Antônio Mariz e ao do PT Derly Pereira. Ao debate compareceram apenas os candidatos da oposição. Neste encontro os candidatos deveriam apresentar seus programas e se comprometerem com o atendimento às reivindicações dos trabalhadores rurais, se por ventura fossem eleitos, reivindicações que estavam contidas num documento que seria assinado pelo candidato como garantia de um compromisso assumido com a categoria, que no caso de quebra de acordo, poderia ser cobrado. Tendo na terra sua questão política mais importante, os trabalhadores a considera ponto de partida de qualquer ação governamental comprometida com os interesses da maioria e reivindicam, como medida de absoluta urgência, a imediata desapropriação de áreas de conflitos, por interesse social. Esta medida depende pura e simplesmente de decisão política, por isso, basta usar o Estatuto da Terra. Reivindicam também a imediata desapropriação, nos termos do Estatuto da Terra, das áreas com concentração de parceiros e arrendatários, tradicionais produtores de alimentos, que estão sendo substituídas pela grande produção voltada para o mercado externo e pela implantação de canaviais para a produção de álcool carburante.

Reivindica ainda o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais:

1. fim da política de incentivos fiscais e créditos dos grandes projetos agropecuários, manifestamente anti-sociais.

2. proibição por lei da concessão ou alienação de terras públicas a grupos econômicos devendo tais áreas serem destinadas a trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.
3. retorno ao domínio público dos latifúndios disfarçados em empresas que devem ser distribuídas aos trabalhadores rurais.
4. processos discriminatórios por áreas menores, mais ágeis e rigorosas, assegurando ao trabalhador radicado na área o direito da sua permanência.
5. distribuição a trabalhadores rurais sem terra das áreas arrecadadas pelo Poder Público nas ações discriminatórias.
6. colonização voltada para o assentamento dos trabalhadores rurais, e realizado apenas por órgãos oficiais, com a participação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e não por colonizadores particulares.

Todas essas medidas que dizem respeito à proposta de reforma agrária ampla, geral e maciça da CONTAG tem que se fazer acompanhar de medidas de política agrícola, tais como:

- i- supressão de estímulos e incentivos fiscais às grandes empresas agro-pecuárias, voltadas para a produção de exportação e apoio aos pequenos produtores, ou às suas cooperativas voltadas para o abastecimento do mercado interno.
- ii- criação de um programa especial de crédito elevando-se os seus recursos de 10% para 50% para atender

ãs reais necessidades dos autênticos pequenos agricultores observando os seguintes critérios:

- a) mínima burocracia;
- b) juros mais baixos;
- c) prazos mais dilatados;
- d) garantia constituída somente pelo penhor da produção;
- e) dilatação especial de prazos, sem acréscimo de juros ou correção monetária e sem prejuízo de novos de novos financiamentos nos casos de prestação de safra e dificuldades de comercialização.
- f) que os financiamentos sejam estendidos aos pequenos produtores não proprietários (posseiros, parceiros e arrendatários) sem necessidade de carta de anuência e sem aval, ou através de apresentação de contrato segundo o Estatuto da Terra.
- g) que os financiamentos sejam concedidos acompanhados de orientação técnica e que esta respeite as necessidades e interesses dos pequenos produtores.

iii- preços mínimos, fixados com base nos custos reais de produção mais 30%, conforme o Estatuto da Terra, a partir de levantamentos feitos, com a participação dos sindicatos e cooperativas, reajustado trimestralmente para neutralizar os efeitos da inflação.

Considerando que, a política de estímulo incondicional do plantio de pastagens e forrageiras para expansão da pecuária, vem privando os trabalhadores rurais de acesso às áreas úmidas, que representavam uma defesa em tempo de estiagem, agravando o problema da seca.

Considerando que, os planos de emergência, nem paliativo tem sido, manipulado por interesse político.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais reivindica:

- 1- fim da política de apoio indiscriminado à expansão das pastagens e da pecuária e apoio aos pequenos agricultores.
- 2- imediata desapropriação das áreas úmidas para assentamento dos trabalhadores rurais.
- 3- planos de emergência baseados em obras comunitárias, apontadas pelos trabalhadores, que reforcem a infraestrutura dos pequenos produtores e sejam capazes de absorver toda a população prejudicada, sem discriminação de sexo, idade ou de ordem política, e pagando remuneração capaz de manter efetivamente os trabalhadores na terra.

Em relação aos projetos governamentais, e seus efeitos sob as condições de vida dos trabalhadores que são expulsos das áreas, o Movimento Sindical reivindica, quanto à política de irrigação:

- 1- Debate nacional sobre a política de barragens do Governo. Os critérios e as prioridades dessa política não podem ser definidos pelo arbítrio de tecnocratas mas dela devem participar todos os interessa-

dos, a começar pelos trabalhadores a serem atingidos por sua construção.

- 2- Em caso de ser indispensável a construção de uma barragem deverá o Governo indenizar os trabalhadores atingidos convenientemente pelas perdas que terão, e reassentá-los em terras próximas, escolhidas por eles próprios.
- 3- Mudanças dos atuais critérios de seleção para assentamento de colonos nos projetos de irrigação. Devem ser assentados trabalhadores rurais, Prioritariamente, aqueles que já viviam e trabalhavam na área da implantação do Projeto.
- 4- Reformulação do Pro-álcool e da política de reflorestamento, que não devem entrar em áreas voltadas para a produção de alimentos e devem contemplar os interesses dos trabalhadores rurais.

Aliados à luta, pela reorientação da política econômica agrícola e agrária do Governo, os trabalhadores reivindicam modificações no que diz respeito à previdência social rural; exigem mudanças na legislação previdenciária rural, visando equiparação dos dois sistemas previdenciários, urbano e rural, traduzido pela extensão aos trabalhadores rurais do auxílio-doença, da aposentadoria por tempo de serviço, do salário família, do auxílio natalidade, do auxílio reclusão, entre outros, com igualdade de tratamento em todos os setores de atividade, inclusive em matéria de acidentes de trabalho. Defende, ainda, o M.T.R. a manutenção do atual plano de custeio calcado na contribuição indireta pela majoração dos benefícios ao valor, pelo menos, do maior salário mínimo

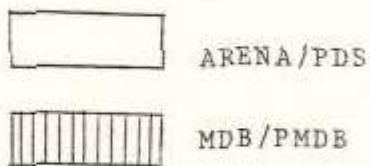
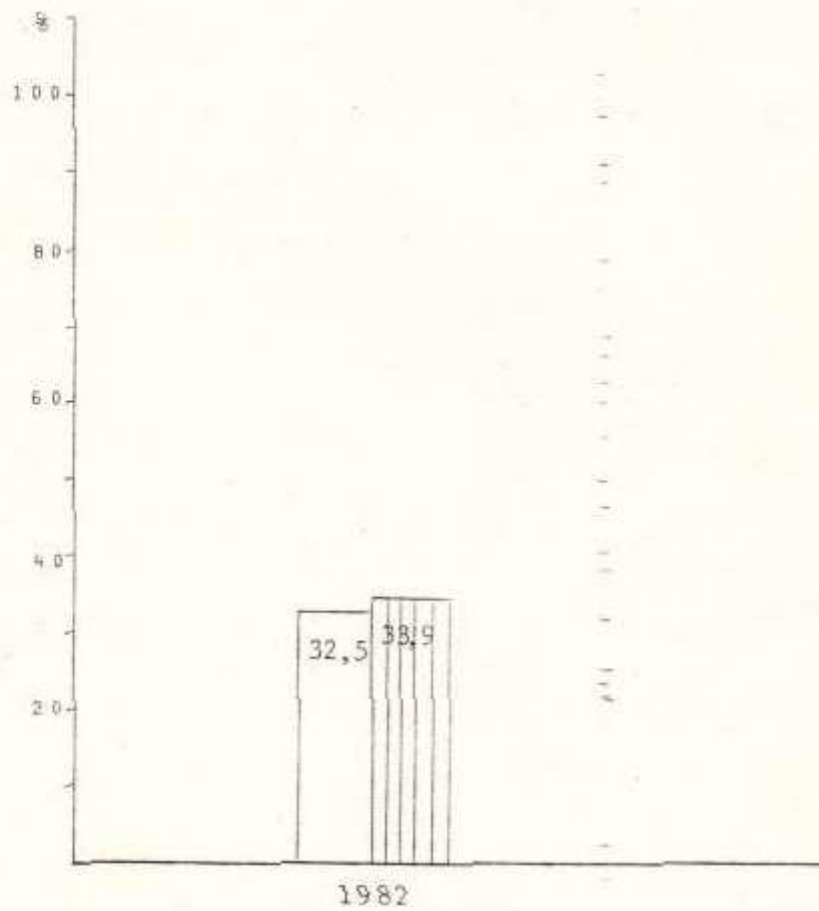
do País, e pela melhoria dos serviços médicos e hospitalares. Exige a participação dos trabalhadores na administração e fiscalização da previdência social, mediante a criação de órgãos coligados.

HISTOGRAMA 1

Município de Alhandra

Resultado das eleições de 1982

para Governo do Estado

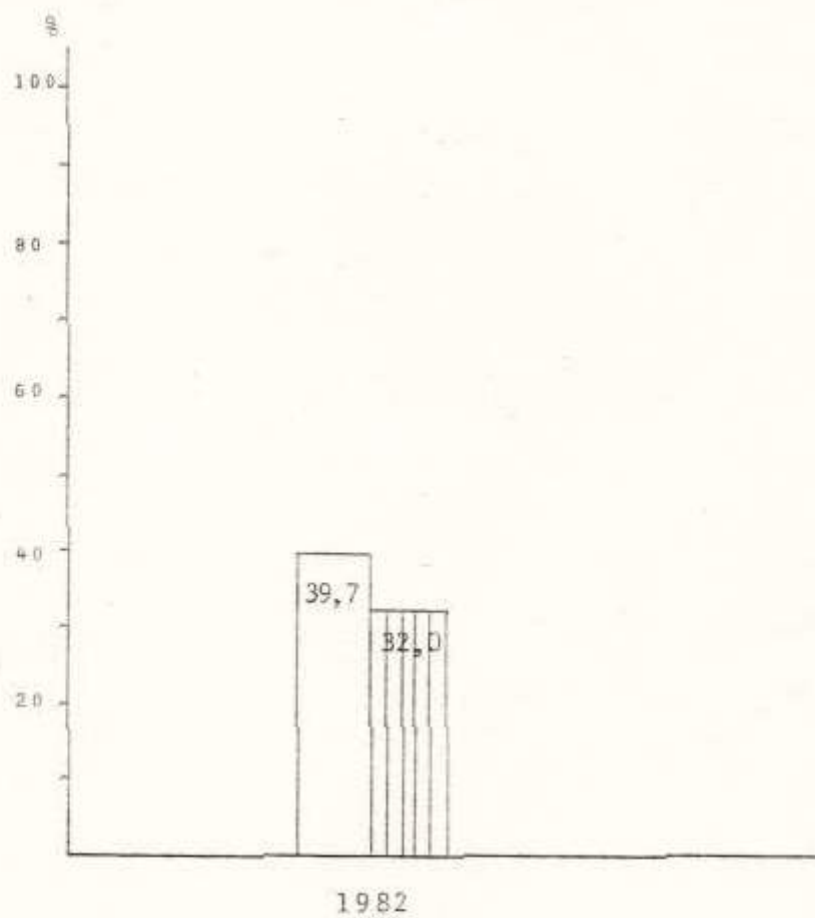



HISTOGRAMA 2


Município do Condé

Resultado das eleições de 1982

para Governo do Estado



 ARENA/PDS

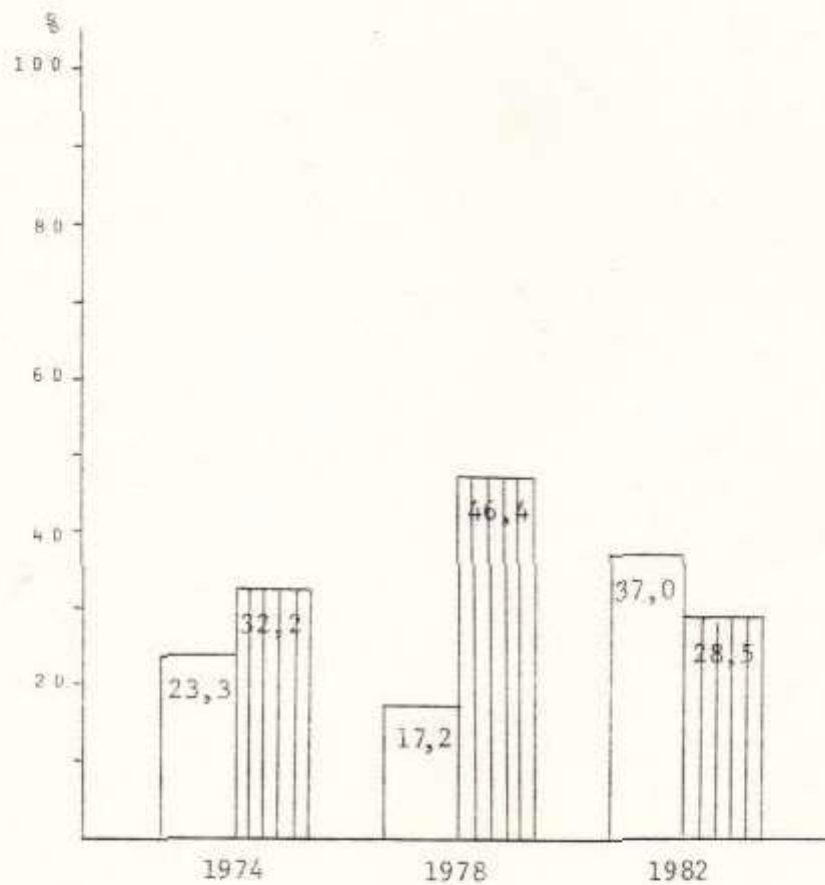
 MDB/PMDB

HISTOGRAMA 3

Município do Conde

Resultado das eleições para o Senado

(1974/78/82)



 ARENA/PDS

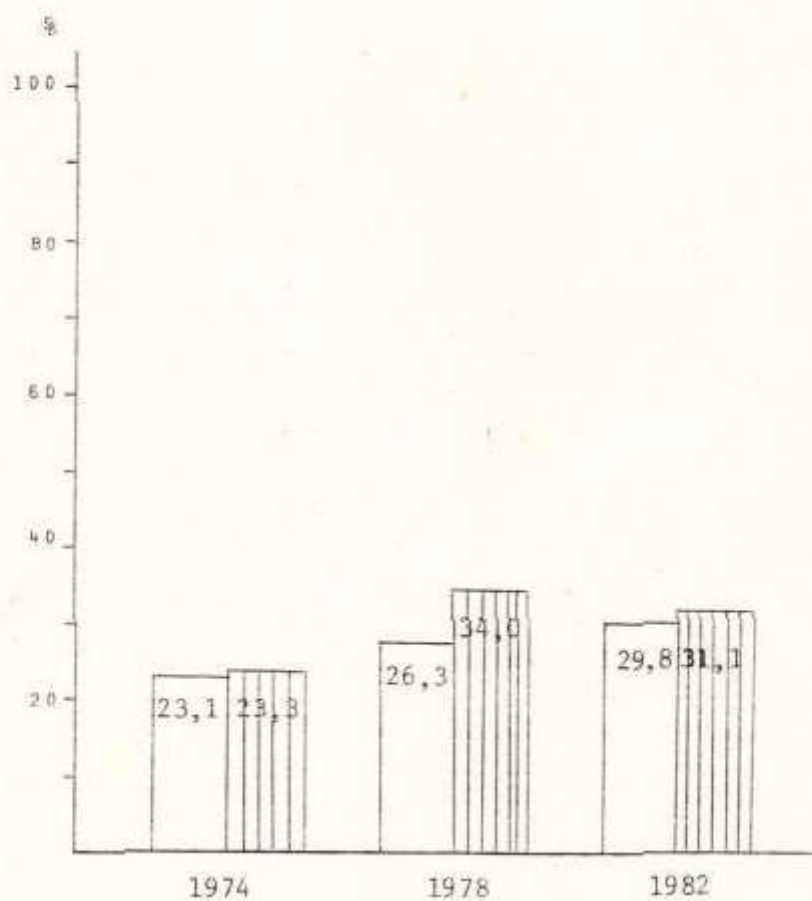
 MDB/PMDB

HISTOGRAMA 4

Município de Alhandra

Resultado das eleições para o Senado

(1974/78/82)



ARENA/PDS

MDB/PMDE

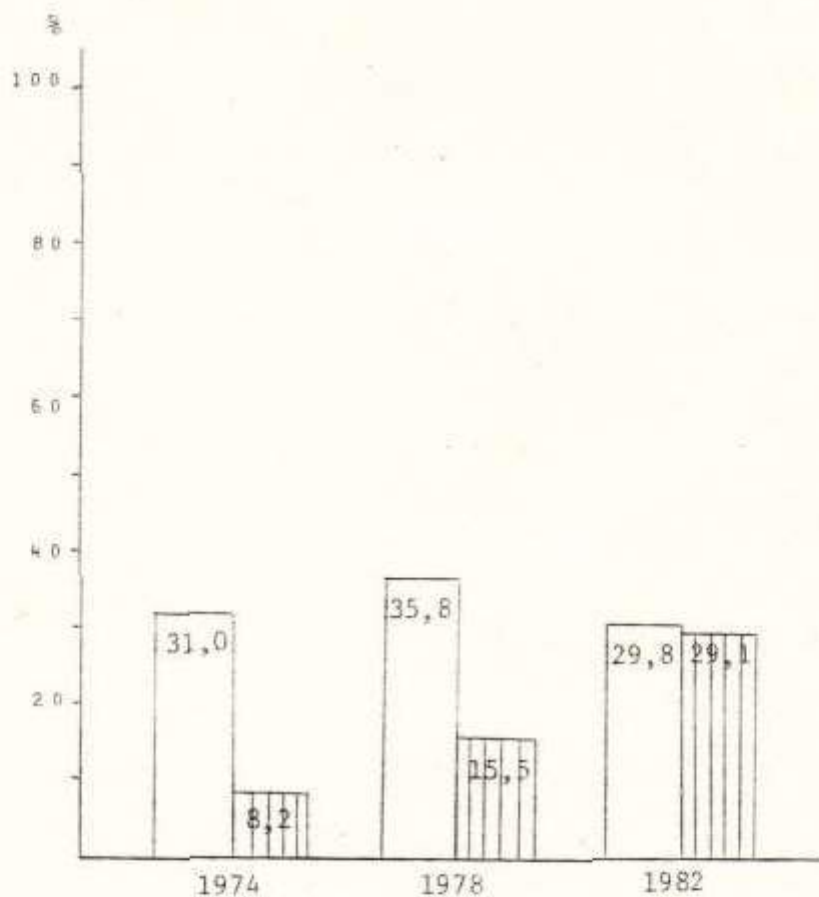
HISTOGRAMA 5

Município de Alhandra

Resultado das eleições para

Câmara Federal

(1974/78 e 1982)



ARENA/PDS

MDB/PMDB

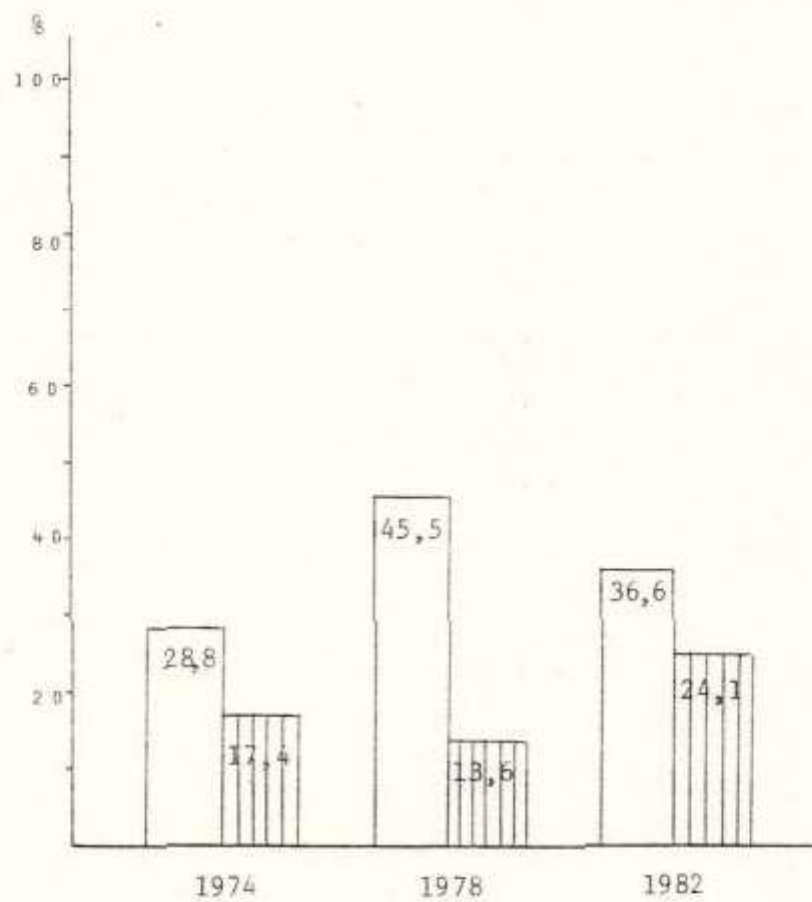
HISTOGRAMA 6

Município do Conce

Resultado das eleições para

Câmara Federal

(1974-1978 e 1982)



ARENA/PDS

MDB/PMDB

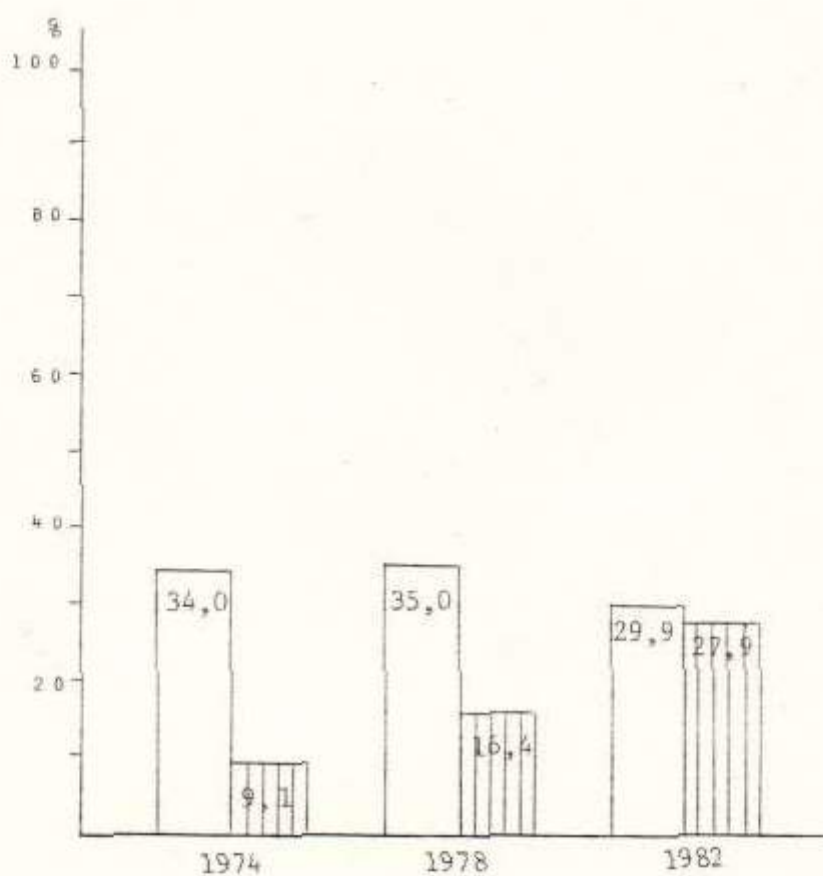
HISTOGRAMA 7

Município de Alhandra

Resultado das eleições para a

Assembléia Legislativa

(1974-1978 e 1982)



ARENA/PDS

MDB/PMDB

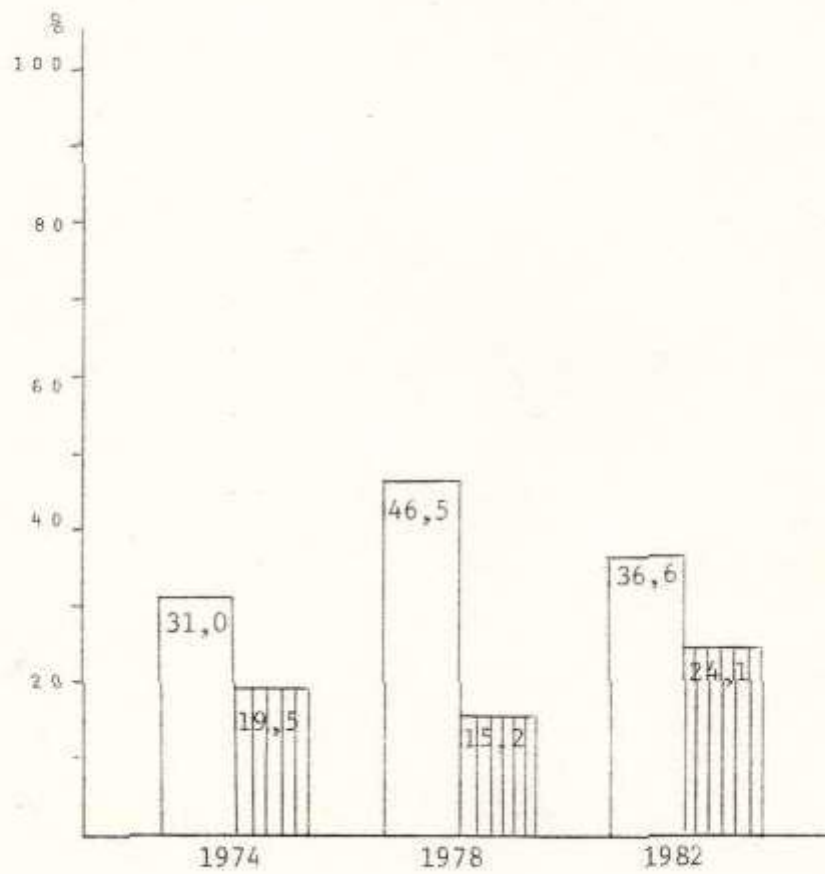
HISTOGRAMA 8

Município do Conde

Resultado das eleições para a

Assembléia Legislativa

(1974-1978 e 1982)

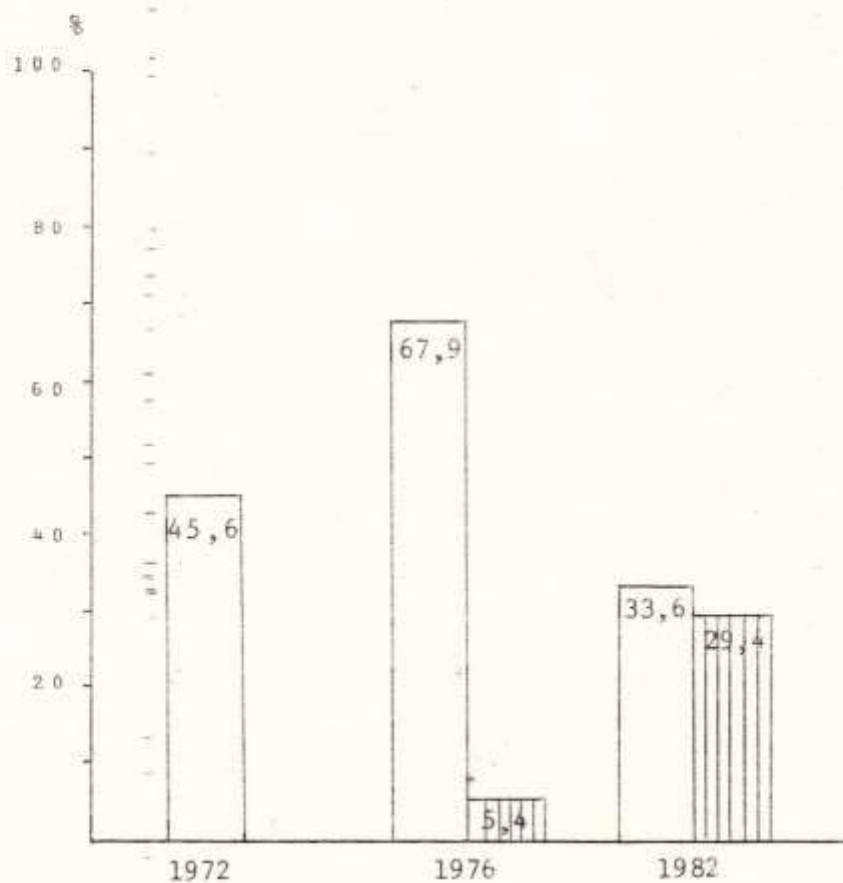


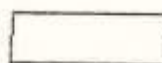
ARENA/PDS


MDB/PMDB

HISTOGRAMA 9

Município de Alhandra
Resultado das eleições para
Câmara Municipal
(1972-1976 e 1982)

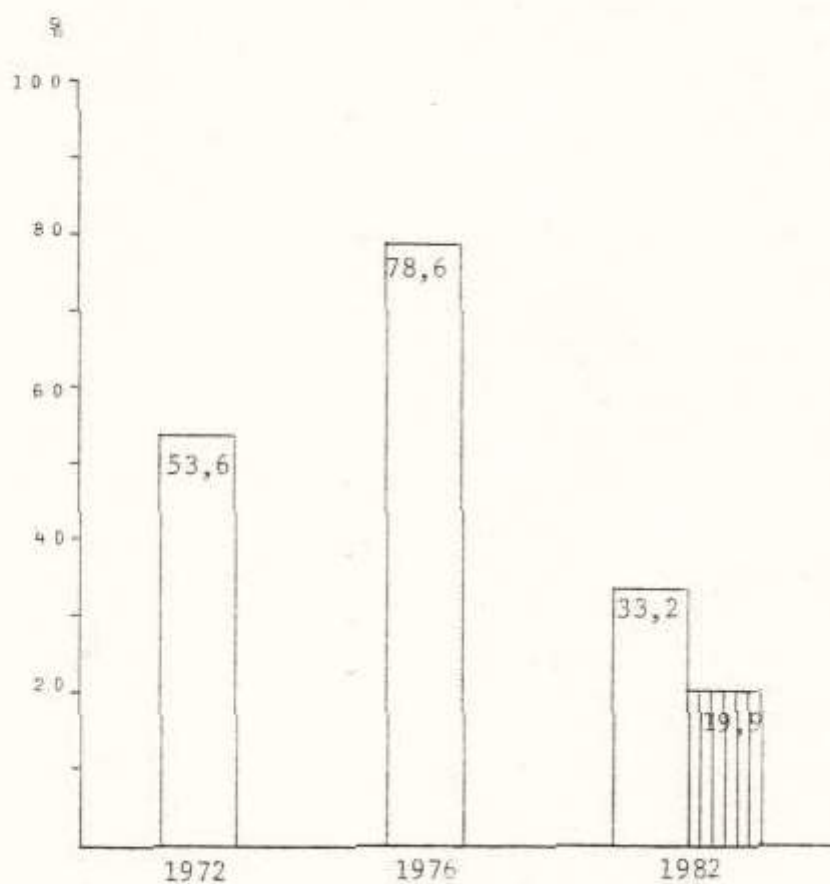


 ARENA/PDS

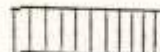
 MDB/PMDB

HISTOGRAMA 10

Município do Conde
Resultado das eleições para
Câmara Municipal
(1972-1976 e 1982)



 ARENA/PDS

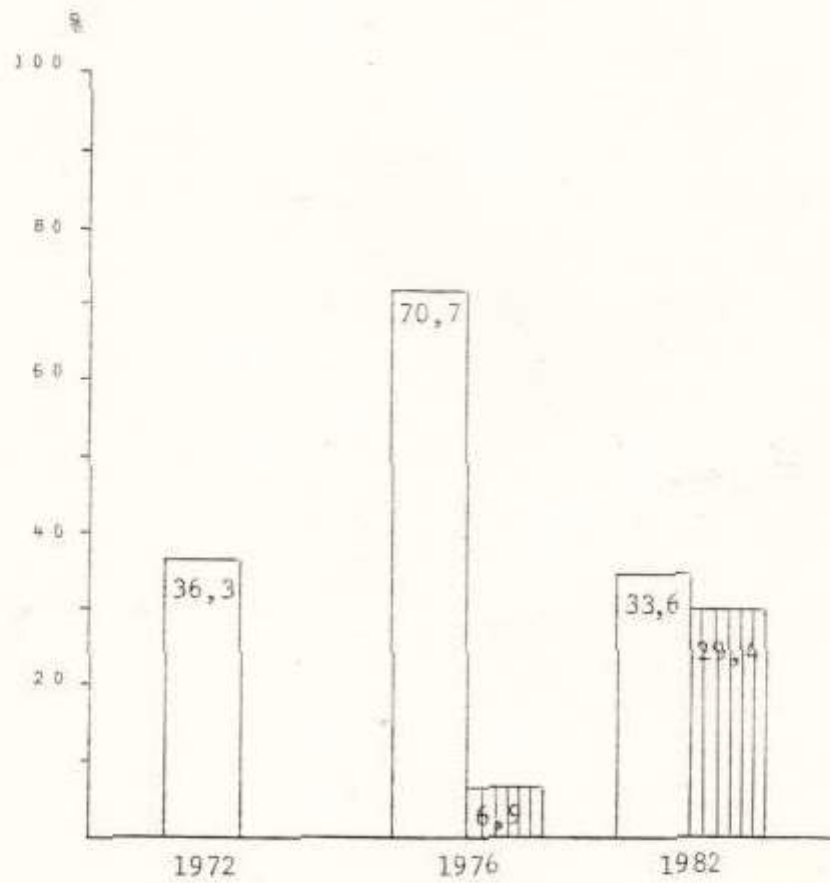
 MDB/PMDB

HISTOGRAMA 11

Município de Alhandra

Resultado das eleições para Prefeito

(1972-1976 e 1982)



 ARENA/PDS

 MDB/PMDB

HISTOGRAMA 12

Município do Conde

Resultado das eleições para Prefeito

(1972-1976 e 1982)

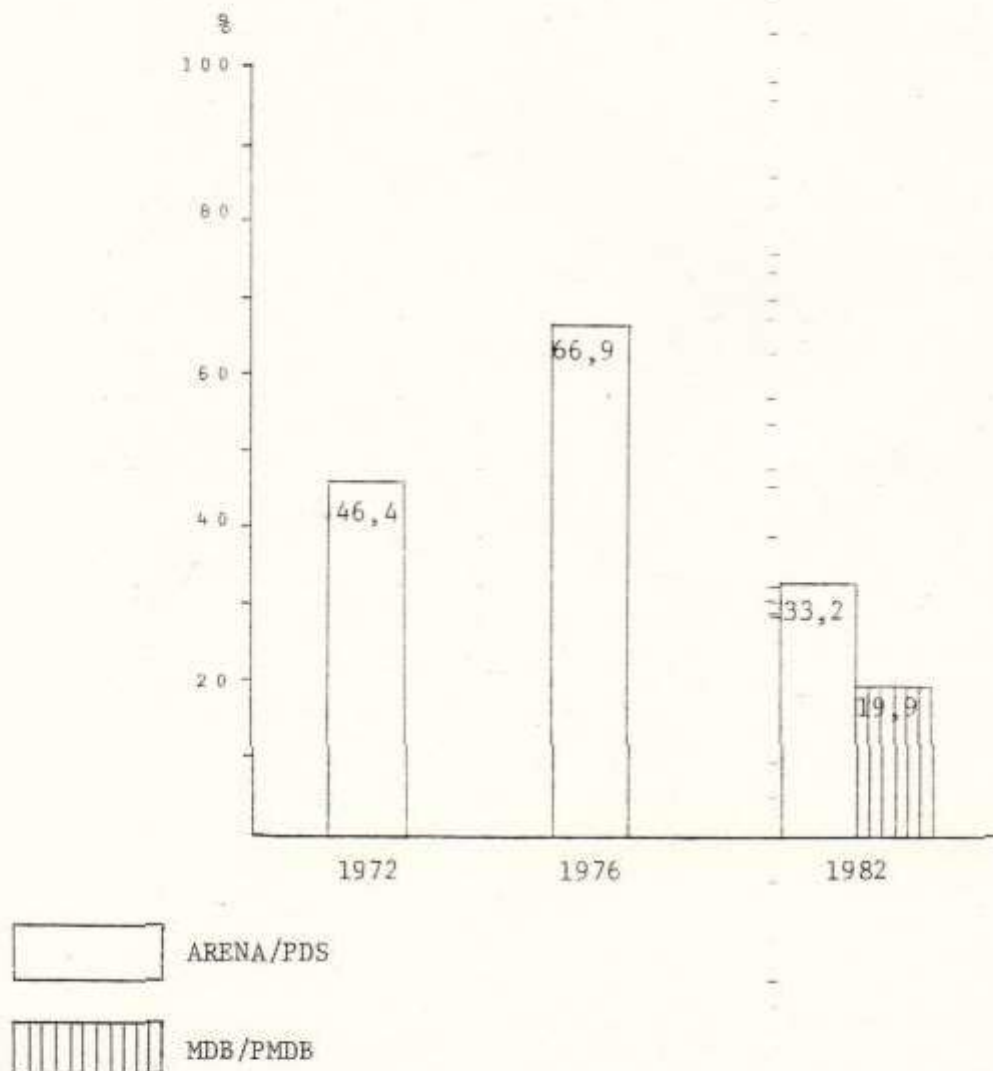


TABELA 1 - MUNICÍPIO DE ALHANDRA-PB. ELEITORADO, VOTANTES E ABSTENÇÃO

1974/78/82

DATA	ELEITORADO	VOTANTES		ABSTENÇÃO	
		ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA
15.11.74	3.781	2.187	57,8	1.594	42,2
15.11.78	3.179	2.483	78,1	696	21,9
15.11.82	4.225	3.113	73,7	1.112	26,3

FONTE: FIPLAN - "Estatísticas Eleitorais"

TABELA 2 - MUNICÍPIO DE CONDE-PB. ELEITORADO, VOTANTES E ABSTENÇÃO

1974/78/82

DATA	ELEITORADO	VOTANTES		ABSTENÇÃO	
		ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA
15.11.74	1.926	1.249	64,9	677	35,1
15.11.78	2.357	1.923	81,6	434	18,4
15.11.82	3.786	3.116	82,3	670	17,7

FONTE: FIPLAN - "Estatísticas Eleitorais"

TABELA 3 - MUNICÍPIO DE ALHANDRA-PB. ELEITORADO E RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O PODER
LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL - 1974/78/82

DATA	ELETTO RADO	CASA	VOTOS POR LEGENDA				VOTOS BRANCOS		VOTOS NULOS		ABSTENÇÃO	
			ARENA/PDS		MDB/PMDB		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
			TOTAL	%	TOTAL	%						
15.11.74	3.781	Senado	876	23,1	882	23,3	226	6,0	203	5,4	1.594	42,2
		Câmara	1.175	31,0	311	8,2	422	11,2	279	7,4		
		Assembléia	1.285	34,0	342	9,1	326	8,6	234	6,2		
15.11.78	3.179	Senado	835	26,3	1.081	34,0	224	7,0	343	10,8	696	21,9
		Câmara	1.139	35,8	495	15,5	583	18,3	266	8,4		
		Assembléia	1.113	35,0	521	16,4	581	18,3	268	8,4		
15.11.82		Senado	1.258	29,8	1.316	31,1	393	9,3	146	3,5	1.112	26,3
		Câmara	1.258	29,8	1.228	29,1	444	10,5	183	4,3		
		Assembléia	1.264	29,9	1.179	27,9	477	11,3	193	4,6		

FONTE: T.R.E. - Dados brutos e FIPLAN "Estatísticas Eleitorais".

TABELA 4 - MUNICÍPIO DO CONDE-PB - ELEITORADO E RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O PODER
LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL - 1974/78/82

DATA	ELEITORADO	CASA	VOTOS POR LEGENDA				VOTOS BRANCOS		VOTOS NULOS		ABSTENÇÃO	
			ARENA/PDS		MDB/PMDB		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
			TOTAL	%	TOTAL	%						
15.11.74	1.926	Senado	448	23,3	621	32,2	80	4,2	100	5,2	677	35,1
		Câmara	554	28,8	336	17,4	213	11,1	146	7,6		
		Assembléia	596	31,0	375	19,5	154	8,0	124	6,4		
15.11.78	2.357	Senado	406	17,2	1.094	46,4	210	9,0	213	9,0	434	18,4
		Câmara	1.073	45,5	320	13,6	379	16,1	151	6,4		
		Assembléia	1.095	46,5	359	15,2	292	12,4	177	7,5		
15.11.82	3.786	Senado	1.402	37,0	1.078	28,5	480	12,7	156	4,1	670	17,7
		Câmara	1.369	36,1	946	25,0	612	16,2	189	5,0		
		Assembléia	1.388	36,6	912	24,1	582	15,4	234	6,2		

FONTE: T.R.E. - Dados Brutos e FIPLAN - "Estatísticas Eleitorais".

TABELA 5 - MUNICÍPIO DE ALHANDRA-PB - RESULTADO DA ELEIÇÃO PRA GOVERNADOR, PODER LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL - 1982

DATA	ELEITO RADO	CASA	VOTOS POR LEGENDA						VOTOS BRANCOS		VOTOS NULOS		ABSTENÇÃO	
			PDS		PMDB		PT		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%						
15.11.82	4.225	Senado	1.258	29,8	1.315	31,1	1	-	393	9,3	146	3,5	1.112	26,3
		Câmara	1.258	29,9	1.227	29,1	1	-	444	10,5	183	4,3	1.112	26,3
		Assembléia	1.264	29,9	1.179	27,9	1	-	477	11,3	193	4,6	1.112	26,3
		Governador	1.373	32,5	1.433	33,9	1	-	201	4,8	105	2,5	1.112	26,3

FONTE: T.R.E. - Dados Brutos

TABELA 6 - MUNICÍPIO DE CONDE-PB. RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR, PODER LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL - 1982

DATA	ELETTO RADO	CASA	VOTOS POR LEGENDA						VOTOS BRANCCOS		VOTOS NULOS		ABSTENÇÃO	
			PDS		PMDB		PT		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%						
15.11.82	3.786	Senado	1.402	37,0	1.076	28,5	2	-	480	12,7	156	4,1	670	17,7
		Câmara	1.369	36,1	946	25,0	2	-	612	16,2	189	5,0	670	17,7
		Assembléia	1.388	36,6	912	24,1	2	-	582	15,4	234	6,2	670	17,7
		Governador	1.503	39,7	1.208	32,0	2	-	277	7,3	126	3,3	670	17,7

FONTE: T.R.E. - Dados brutos

TABELA 7 - MUNICÍPIO DE ALHANDRA. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O PODER LEGISLATIVO
 FEDERAL E ESTADUAL - VOTOS POR LEGENDA EM % DO ELEITORADO
 1974/78/82

CASA	1 9 7 4		1 9 7 8		1 9 8 2	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	P D S	OPOSIÇÃO*
Senado	23,1	23,3	26,3	34,0	29,8	31,1
Câmara	31,0	8,2	35,8	15,5	29,8	29,1
Assembléia	34,0	9,1	35,0	16,4	29,9	27,9

FONTE: T.R.E. - Dados brutos

*Na coluna "Oposição" estão somadas as percentagens das votações obtidas pelo PMDB e PT.

TABELA 8 - MUNICÍPIO DO CONDE. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O PODER LEGISLATIVO
 FEDERAL E ESTADUAL - VOTOS POR LEGENDA EM % DO ELEITORADO
 1974/78/82

CASA	1 9 7 4		1 9 7 8		1 9 8 2	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	P D S	OPOSIÇÃO*
Senado	23,3	32,2	17,2	46,4	37,0	28,5
Câmara	28,8	17,4	45,5	13,6	36,1	25,0
Assembléia	31,0	19,5	46,5	15,2	36,6	24,1

FONTE: T.R.E. - Dados brutos

*Na coluna "Oposição" estão somadas as percentagens das votações obtidas pelo PMDB e PT.

TABELA 9 - MUNICÍPIO DE ALHANDRA. RESULTADO ELEITORAL PARA O SENADO - 1974/78/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1974	3.781	876	23,1	882	23,3	226	6,0	203	5,4	1.594	42,2
1978	3.179	835	26,3	1.081	34,0	224	7,0	343	10,8	696	21,9
1982	4.225	1.258	29,8	1.316	31,1	393	9,3	146	3,5	1.112	26,3

FONTES: T.R.E. Dados brutos

TABELA 10 - MUNICÍPIO DO CONDE. RESULTADO ELEITORAL PARA O SENADO - 1974/78/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1974	1.926	448	23,3	621	32,2	80	4,2	100	5,2	677	35,1
1978	2.357	406	17,2	1.094	46,4	210	9,0	213	9,0	434	18,4
1982	3.786	1.402	37,0	1.078	28,5	480	12,7	156	4,1	670	17,7

FONTE: T.R.E. - Dados brutos

TABELA 11 - MUNICÍPIO DE ALHANDRA. RESULTADO ELEITORAL PARA A CÂMARA DE DEPUTADOS
1974/78/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1974	3.781	1.175	31,0	311	8,2	422	11,2	279	7,4	1.594	42,2
1978	3.179	1.139	35,8	495	15,5	583	18,3	266	8,4	696	21,9
1982	4.225	1.258	29,8	1.228	29,1	444	10,5	183	4,3	1.112	26,3

FONTE: T.R.E. - Dados brutos

TABELA 12 - MUNICÍPIO DO CONDE, RESULTADO ELEITORAL PARA A CÂMARA DE DEPUTADOS

1974/78/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1974	1.926	555	28,8	336	17,4	213	11,1	146	7,6	677	35,1
1978	2.357	1.073	45,5	320	13,6	379	16,1	151	6,4	434	18,4
1982	3.786	1.369	36,1	946	25,0	612	16,2	189	5,0	670	17,7

FONTE: T.R.E. - Dados Brutos

TABELA 13 - MUNICÍPIO DE ALHANDRA. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 1974/78/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1974	3.781	1.285	34,0	342	9,0	326	8,6	234	6,2	1.594	42,2
1978	3.179	1.113	35,0	521	16,4	581	18,3	268	8,4	696	21,9
1982	4.225	1.264	29,9	1.179	27,9	477	11,3	193	4,6	1.112	26,3

FONTE: T.R.E. - Dados Brutos

TABELA 14 - MUNICÍPIO DO CONDE. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA - 1974/78/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1974	1.926	596	31,0	375	19,5	154	8,0	124	6,4	677	35,1
1978	2.357	1.095	46,5	359	15,2	292	12,4	177	7,5	434	18,4
1982	3.786	1.388	36,6	912	24,1	582	15,4	234	6,2	679	17,7

FONTE: T.R.E. - Dados Brutos

TABELA 15 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO MUNICIPAL DE ALHANDRA -

1972/76/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1972	2.733	993	36,3	-	-	936	34,2	59	2,2	745	27,3
1976	2.965	2.096	70,7	205	6,9	77	2,6	109	3,7	478	16,1
1982	4.225	1.419	33,6	1.240	29,4	305	7,2	149	3,5	1.112	26,3

FONTE: T.R.E. - Dados Brutos

TABELA 16 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO MUNICIPAL DO CONDE - 1972/76/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1972	1.385	643	46,4	-	-	218	15,7	30	2,2	494	35,7
1976	2.121	1.420	66,9	-	-	385	18,1	28	1,3	288	13,6
1982	3.786	1.259	33,2	753	19,9	886	23,4	218	5,8	670	17,7

FONTE: T.R.E. - Dados Brutos

TABELA 17 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA - 1972/76/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1972	2.733	1.248	45,6	-	-	541	19,8	199	7,3	745	27,3
1976	2.965	2.012	67,9	160	5,4	206	6,9	109	3,7	478	16,1
1982	4.225	1.419	33,6	1.240	29,4	305	7,2	149	3,5	1.112	26,3

FONTE: T.R.E. - Dados Brutos

TABELA 18 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO CONDE - 1972/76/82

ANOS	ELEITO RADO	ARENA/PDS		MDB/OPOSIÇÃO		BRANCOS		NULOS		ABSTENÇÃO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1972	1.385	743	53,6	-	-	64	4,6	84	6,1	494	35,7
1976	2.121	1.667	78,6	-	-	72	3,4	94	4,4	288	13,6
1982	3.786	1.259	33,2	753	19,9	886	23,4	218	5,8	670	17,7

FONTE: T.R.E.- Dados Brutos

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAS OCUPADAS NO
MUNICÍPIO DE ALHANDRA

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1 9 7 0				1 9 7 5				1 9 8 0			
	ESTABELE CIMENTOS	%	Nº DE PESSOAS	%	ESTABELE CIMENTOS	%	Nº DE PESSOAS	%	ESTABELE CIMENTOS	%	Nº DE PESSOAS	%
Menos de 5 Ha	893	82,1	1.986	60,0	1.015	82,6	2.226	59,4	498	68,7	1.282	41,7
De 5 a menos 10	174	16,0	1.056	31,9	185	15,1	1.141	30,4	191	39,4	1.210	39,4
De 10 a menos 20	20	1,8	248	7,5	26	2,1	309	8,2	31	4,3	361	11,8
De 20 a menos 50	1	0,1	21	0,6	1	0,1	21	0,6	3	0,4	93	3,0
De 50 a menos 100	-	-	-	-	1	0,1	51	1,4	2	0,3	126	4,1
100 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.088	100,0	3.311	100,0	1.228	100,0	3.748	100,0	725	100,00	3.072	100,0

FONTE: FIBGE (Censo Agropecuário da Paraíba)

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAS OCUPADAS NO MUNICÍPIO
 DO
 DE CONDE

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1970				1975				1980			
	ESTABELE CIMENTOS	%	Nº DE PESSOAS	%	ESTABELE CIMENTOS	%	Nº DE PESSOAS	%	ESTABELE CIMENTOS	%	Nº DE PESSOAS	%
Menos de 5 ha	158	91,8	290	70,1	372	82,3	969	63,2	331	83,0	684	54,6
De 5 a menos 10	12	7,0	70	16,9	75	16,6	441	28,7	54	13,5	334	26,7
De 10 a menos 20	1	0,6	17	4,1	4	0,9	43	2,8	11	2,8	141	11,3
De 20 a menos 50	1	0,6	37	9,9	-	-	-	-	3	0,7	93	7,4
De 50 a menos 100	-	-	-	-	1	0,2	81	5,3	-	-	-	-
100 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	172	100,0	414	100,0	452	100,0	1.534	100,0	399	100,0	1.252	100,0

FONTE: FIBGE (Censo Agropecuário da Paraíba)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO MUNICÍPIO DE CONDE

ANOS	PROPRIETÁRIO				ARRENDATÁRIO				PARCEIRO				OCUPANTE			
	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%
1970	168	32,0	12.709	36,4	3	1,2	224	20,2	-	-	-	-	1	0,4	7	1,3
1975	228	43,4	13.751	39,5	112	45,0	188	17,0	6	75,0	43	87,8	106	44,2	118	21,2
1980	129	24,6	8.414	24,1	134	53,8	694	62,8	2	25,0	6	12,2	133	55,4	431	77,5
TOTAL	525	100,0	34.874	100,0	249	100,0	1.106	100,0	8	100,0	49	100,0	240	100,0	556	100,0

FONTE: FIBGE (Censo Agropecuário da Paraíba)

GRUPOS DE ÁREA TOTAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1 9 7 0				1 9 7 5				1 9 8 0			
	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%
Menos de 5 ha	810	74,3	1.724	9,6	953	77,6	1.759	11,0	528	72,8	1.035	10,6
De 5 a menos de 10 ha	112	10,3	691	3,8	113	9,2	744	4,6	82	11,3	498	5,1
De 10 a menos de 20 ha	67	6,1	833	4,6	49	4,0	648	4,0	42	5,8	519	5,3
De 20 a menos de 50 ha	56	5,1	1.583	8,8	67	5,5	2.024	12,6	51	7,0	1.527	15,6
De 50 a menos de 100 ha	17	1,6	1.052	5,8	22	1,8	1.430	8,9	11	1,5	699	7,2
De 100 a menos de 200 ha	14	1,3	2.002	11,1	9	0,7	1.132	7,1	4	0,6	528	5,4
De 200 a menos de 500 ha	8	0,7	1.957	10,9	10	0,8	2.749	17,2	4	0,6	1.254	12,8
De 500 a menos de 1000 ha	2	0,2	1.271	7,0	3	0,2	1.888	11,8	2	0,3	1.207	12,4
De 1000 a menos de 2000 ha	3	0,3	4.100	22,7	1	0,1	1.200	7,5	-	-	-	-
De 2000 a menos de 5000 ha	1	0,1	2.840	15,7	1	0,1	2.446	15,3	1	0,1	2.500	25,6
TOTAL	1.090	100,0	18.050	100,0	1.228	100,0	16.020	100,0	725	100,0	9.770	100,0

FONTE: FIBGE (Censo Agropecuário da Paraíba, 1970, 1975, 1980).

GRUPOS DE ÁREA TOTAL DO MUNICÍPIO DE CONDE

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1970				1975				1980			
	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%	ESTABELE CIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%
Menos de 5 ha	61	35,5	156	1,2	321	71,0	525	3,7	246	61,7	471	3,7
De 5 a menos de 10 ha	36	20,9	214	1,6	55	12,2	350	2,5	51	12,8	312	2,4
De 10 a menos de 20 ha	23	13,4	333	2,6	31	6,9	400	2,8	36	9,0	460	3,6
De 20 a menos de 50 ha	18	10,4	524	4,0	23	5,1	726	5,2	49	12,3	1.352	10,6
De 50 a menos de 100 ha	9	5,2	597	4,6	10	2,2	740	5,3	5	1,3	362	2,8
De 100 a menos de 200 ha	15	8,7	1.944	15,0	5	1,1	793	5,6	5	1,3	776	6,1
De 200 a menos de 500 ha	5	2,9	1.523	11,8	1	0,2	260	1,8	2	0,5	483	3,8
De 500 a menos de 1000 ha	2	1,2	1.600	12,4	1	0,2	800	5,7	1	0,2	900	7,1
De 1000 a menos de 2000 ha	2	1,2	3.492	27,0	3	0,7	3.947	28,0	3	0,7	4.405	34,5
De 2000 a menos de 5000 ha	1	0,6	2.558	19,8	2	0,4	5.558	39,4	1	0,2	3.250	25,4
TOTAL	172	100,0	12.940	100,0	452	100,0	14.099	100,0	399	100,0	12.775	100,0

PONTE: FIBGE (Censo Agropecuário da Paraíba, 1970, 1975, 1980).

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1970 EM ALHANDRA

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0 a menos 5	810	1.724	0,743	0,096	0,743	0,096	0,743	0,096	0,071
5 a menos 10	112	691	0,103	0,038	0,846	0,134	0,103	0,230	0,024
10 a menos 25	123	2.416	0,113	0,134	0,959	0,268	0,113	0,402	0,045
25 a menos 50	17	1.052	0,017	0,058	0,976	0,326	0,017	0,594	0,010
50 a menos 100	14	2.002	0,013	0,111	0,989	0,437	0,013	0,763	0,010
100 a menos 500	8	1.955	0,007	0,108	0,996	0,545	0,007	0,982	0,007
500 a menos de 1.000	2	1.271	0,001	0,070	0,997	0,615	0,001	1,160	0,001
1.000 a menos de 2.000	3	4.100	0,002	0,228	0,999	0,843	0,002	1,458	0,003
2.000 a menos de 5.000	1	2.840	0,001	0,157	1,000	1,000	0,001	1,843	0,002
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.090	18.051	-	-	-	-	-	-	0,173

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA (IFBGE)

I. GINI = 1 - 0,173 = 0,827 ou 82,7%

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1975 EM ALHANDRA

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		X _i - Y _i - 1 (A)	Y _i + Y _i - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	X _i	Y _i	X _i	Y _i			
0 a menos 5	953	1.759	0,776	0,110	0,776	0,110	0,776	0,110	0,085
5 a menos 10	113	744	0,092	0,046	0,868	0,156	0,092	0,266	0,024
10 a menos 25	116	2.672	0,095	0,167	0,963	0,323	0,095	0,479	0,046
25 a menos 50	22	1.430	0,018	0,089	0,981	0,412	0,018	0,735	0,013
50 a menos 100	9	1.132	0,007	0,071	0,988	0,483	0,007	0,895	0,006
100 a menos 500	10	2.749	0,008	0,171	0,996	0,655	0,008	1,138	0,009
500 a menos de 1.000	3	1.888	0,002	0,118	0,998	0,773	0,002	1,428	0,003
1.000 a menos de 2.000	1	1.200	0,001	0,075	0,999	0,848	0,001	1,621	0,002
2.000 a menos de 5.000	1	2.446	0,001	0,153	1,000	1,000	0,001	1,848	0,001
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	1.228	16.020	-	-	-	-	-	-	0,188

F O N T E: CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA (FIBGE)

I. GINI = 1-0,188 = 81,2

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1980 EM ALHANDRA

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0 a menos 5	528	1.035	0,728	0,106	0,728	0,106	0,728	0,106	0,077
5 a menos 10	82	498	0,113	0,051	0,841	0,157	0,113	0,263	0,030
10 a menos 25	93	2.046	0,128	0,209	0,969	0,366	0,128	0,523	0,067
25 a menos 50	11	699	0,015	0,072	0,984	0,438	0,015	0,804	0,012
50 a menos 100	4	528	0,006	0,054	0,990	0,492	0,006	0,930	0,006
100 a menos 500	4	1.254	0,006	0,128	0,996	0,620	0,006	1,112	0,007
500 a menos de 1.000	2	1.207	0,003	0,124	0,999	0,744	0,003	1,364	0,004
1.000 a menos de 2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.000 a menos de 5.000	1	2.500	0,001	0,256	1,000	1,000	0,001	2,364	0,002
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	725	9.767	1,000	1,000	-	-	-	-	0,205

FONTE : CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PRAÍBA (FIBGE)

L.GINI = 1 - 0,205 = 0,795 ou 79,5

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1970 NO CONDE

CLASSE	DE	ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
			IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0	a	menos 5	61	156	0,355	0,012	0,355	0,012	0,355	0,012	0,004
5	a	menos 10	36	214	0,209	0,016	0,564	0,028	0,209	0,040	0,008
10	a	menos 25	41	857	0,238	0,066	0,802	0,094	0,238	0,122	0,029
25	a	menos 50	9	597	0,052	0,046	0,854	0,140	0,052	0,234	0,012
50	a	menos 100	15	1.944	0,087	0,150	0,941	0,290	0,087	0,430	0,037
100	a	menos 500	5	1.523	0,029	0,118	0,970	0,408	0,029	0,698	0,020
500	a	menos de 1.000	2	1.600	0,012	0,124	0,982	0,532	0,012	0,940	0,011
000	a	menos de 2.000	2	3.492	0,012	0,270	0,994	0,802	0,012	1,334	0,016
000	a	menos de 5.000	1	2.558	0,006	0,198	1,000	1,000	0,006	1,802	0,011
000	a	mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L			172	12.941	1,000	1,000	-	-	-	-	0,148

TE: CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA (FIBGE) I.GINI = 1 - 0,148 = 0,852 ou 85,2%

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1975 NO CONDE

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0 a menos 5	321	325	0,710	0,023	0,710	0,023	0,710	0,023	0,016
5 a menos 10	55	350	0,122	0,025	0,832	0,048	0,122	0,071	0,009
10 a menos 25	54	1.126	0,120	0,081	0,952	0,129	0,120	0,177	0,021
25 a menos 50	10	740	0,022	0,053	0,974	0,182	0,022	0,311	0,007
50 a menos 100	5	793	0,011	0,057	0,985	0,239	0,011	0,421	0,005
100 a menos 500	1	260	0,002	0,019	0,987	0,258	0,002	0,497	0,001
500 a menos de 1.000	1	800	0,002	0,058	0,989	0,316	0,002	0,574	0,001
1000 a menos de 2.000	3	3.947	0,007	0,284	0,996	0,600	0,007	0,916	0,006
2000 a menos de 5.000	2	5.558	0,004	0,400	1,000	1,000	0,004	1,916	0,008
3000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	452	13.899	1,000	1,000	-	-	-	-	0,074

DE: CENSO AGROPECUÁRIO DA PARAÍBA (FIBGE)

I. GINI = 1 - 0,074 = 0,918 ou 91,8%

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1980 NO CONDE

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0 a menos 5	246	471	0,617	0,037	0,617	0,037	0,617	0,037	0,023
5 a menos 10	51	312	0,128	0,024	0,745	0,061	0,128	0,098	0,012
10 a menos 25	85	1.812	0,213	0,142	0,958	0,203	0,213	0,264	0,056
25 a menos 50	5	362	0,013	0,028	0,971	0,231	0,013	0,434	0,006
50 a menos 100	5	776	0,012	0,061	0,983	0,292	0,012	0,523	0,006
100 a menos 500	2	483	0,005	0,038	0,988	0,330	0,005	0,622	0,001
500 a menos de 1.000	1	900	0,002	0,071	0,990	0,401	0,002	0,731	0,002
1.000 a menos de 2.000	3	4.405	0,008	0,345	0,998	0,746	0,008	1,147	0,009
2.000 a menos de 5.000	1	3.250	0,002	0,254	1,000	1,000	0,002	1,746	0,004
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	399	12.771	1,000	1,000	-	-	-	-	0,121

T E: CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA (FIBGE)

I. GINI = 1 - 0,121 = 0,879 ou 87,9%

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1970 EM ALHANDRA

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0 a menos 5	810	1.724	0,743	0,096	0,743	0,096	0,743	0,096	0,071
5 a menos 10	112	691	0,103	0,038	0,846	0,134	0,103	0,230	0,024
10 a menos 25	123	2.416	0,113	0,134	0,959	0,268	0,113	0,402	0,045
25 a menos 50	17	1.052	0,017	0,058	0,976	0,326	0,017	0,594	0,010
50 a menos 100	14	2.002	0,013	0,111	0,989	0,437	0,013	0,763	0,010
100 a menos 500	8	1.955	0,007	0,108	0,996	0,545	0,007	0,982	0,007
500 a menos de 1.000	2	1.271	0,001	0,070	0,997	0,615	0,001	1,160	0,001
1.000 a menos de 2.000	3	4.100	0,002	0,228	0,999	0,843	0,002	1,458	0,003
2.000 a menos de 5.000	1	2.840	0,001	0,157	1,000	1,000	0,001	1,843	0,002
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	1.090	18.051	-	-	-	-	-	-	0,173

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA (IFBGE)

I. GINI = 1 - 0,173 = 0,827 ou 82,7%

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1975 EM ALHANDRA

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0 a menos 5	953	1.759	0,776	0,110	0,776	0,110	0,776	0,110	0,085
5 a menos 10	113	744	0,092	0,046	0,868	0,156	0,092	0,266	0,024
10 a menos 25	116	2.672	0,095	0,167	0,963	0,323	0,095	0,479	0,046
25 a menos 50	22	1.430	0,018	0,089	0,981	0,412	0,018	0,735	0,013
50 a menos 100	9	1.132	0,007	0,071	0,988	0,483	0,007	0,895	0,006
100 a menos 500	10	2.749	0,008	0,171	0,996	0,655	0,008	1,138	0,009
500 a menos de 1.000	3	1.888	0,002	0,118	0,998	0,773	0,002	1,428	0,003
1.000 a menos de 2.000	1	1.200	0,001	0,075	0,999	0,848	0,001	1,621	0,002
2.000 a menos de 5.000	1	2.446	0,001	0,153	1,000	1,000	0,001	1,848	0,000
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	1.228	16.020	-	-	-	-	-	-	0,188

F O N T E: CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA (FIBGE)

I. GINI = 1-0,188 = 81,2

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1980 EM ALHANDRA

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0 a menos 5	528	1.035	0,728	0,106	0,728	0,106	0,728	0,106	0,077
5 a menos 10	82	498	0,113	0,051	0,841	0,157	0,113	0,263	0,030
10 a menos 25	93	2.046	0,128	0,209	0,969	0,366	0,128	0,523	0,067
25 a menos 50	11	699	0,015	0,072	0,984	0,438	0,015	0,804	0,012
50 a menos 100	4	528	0,006	0,054	0,990	0,492	0,006	0,930	0,006
100 a menos 500	4	1.254	0,006	0,128	0,996	0,620	0,006	1,112	0,007
500 a menos de 1.000	2	1.207	0,003	0,124	0,999	0,744	0,003	1,364	0,004
1.000 a menos de 2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.000 a menos de 5.000	1	2.500	0,001	0,256	1,000	1,000	0,001	2,364	0,002
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	725	9.767	1,000	1,000	-	-	-	-	0,205

FONTE : CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PRAÍBA (FIBGE)

I.GINI = 1 - 0,205 = 0,795 ou 79,5

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1970 NO CONDE

CLASSE	DE	ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
			IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0	a	menos 5	61	156	0,355	0,012	0,355	0,012	0,355	0,012	0,004
5	a	menos 10	36	214	0,209	0,016	0,564	0,028	0,209	0,040	0,008
10	a	menos 25	41	857	0,238	0,066	0,802	0,094	0,238	0,122	0,029
25	a	menos 50	9	597	0,052	0,046	0,854	0,140	0,052	0,234	0,012
50	a	menos 100	15	1.944	0,087	0,150	0,941	0,290	0,087	0,430	0,037
100	a	menos 500	5	1.523	0,029	0,118	0,970	0,408	0,029	0,698	0,020
500	a	menos de 1.000	2	1.600	0,012	0,124	0,982	0,532	0,012	0,940	0,011
1.000	a	menos de 2.000	2	3.492	0,012	0,270	0,994	0,802	0,012	1,334	0,016
2.000	a	menos de 5.000	1	2.558	0,006	0,198	1,000	1,000	0,006	1,802	0,011
5.000	a	mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L			172	12.941	1,000	1,000	-	-	-	-	0,148

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA (FIBGE)

I.GINI = 1 - 0,148 = 0,852 ou 85,2%

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1975 NO CONDE

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		X _i - Y _i - 1 (A)	Y _i + Y _i - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	X _i	Y _i	X _i	Y _i			
0 a menos 5	321	325	0,710	0,023	0,710	0,023	0,710	0,023	0,016
5 a menos 10	55	350	0,122	0,025	0,832	0,048	0,122	0,071	0,009
10 a menos 25	54	1.126	0,120	0,081	0,952	0,129	0,120	0,177	0,021
25 a menos 50	10	740	0,022	0,053	0,974	0,182	0,022	0,311	0,007
50 a menos 100	5	793	0,011	0,057	0,985	0,239	0,011	0,421	0,005
100 a menos 500	1	260	0,002	0,019	0,987	0,258	0,002	0,497	0,001
500 a menos de 1.000	1	800	0,002	0,058	0,989	0,316	0,002	0,574	0,001
1.000 a menos de 2.000	3	3.947	0,007	0,284	0,996	0,600	0,007	0,916	0,006
2.000 a menos de 5.000	2	5.558	0,004	0,400	1,000	1,000	0,004	1,916	0,008
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	452	13.899	1,000	1,000	-	-	-	-	0,074

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DA PARAÍBA (FIBGE)

I. GINI = 1 - 0,074 = 0,918 ou 91,8%

CÁLCULO DO COEFICIENTE DO GINI ANO 1980 NO CONDE

CLASSE DE ÁREA	TOTAL		FREQUÊNCIA RELATIVA		FREQUÊNCIA ACUMULADA		Xi - Yi - 1 (A)	Yi + Yi - 1 (B)	(A x B)
	IMÓVEIS (X)	ÁREA (HA) (Y)	Xi	Yi	Xi	Yi			
0 a menos 5	246	471	0,617	0,037	0,617	0,037	0,617	0,037	0,023
5 a menos 10	51	312	0,128	0,024	0,745	0,061	0,128	0,098	0,012
10 a menos 25	85	1.812	0,213	0,142	0,958	0,203	0,213	0,264	0,056
25 a menos 50	5	362	0,013	0,028	0,971	0,231	0,013	0,434	0,006
50 a menos 100	5	776	0,012	0,061	0,983	0,292	0,012	0,523	0,006
100 a menos 500	2	483	0,005	0,038	0,988	0,330	0,005	0,622	0,003
500 a menos de 1.000	1	900	0,002	0,071	0,990	0,401	0,002	0,731	0,002
1.000 a menos de 2.000	3	4.405	0,008	0,345	0,998	0,746	0,008	1,147	0,009
2.000 a menos de 5.000	1	3.250	0,002	0,254	1,000	1,000	0,002	1,746	0,004
5.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	399	12.771	1,000	1,000	-	-	-	-	0,121

F O N T E: CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA (FIBGE)

I. GINI = $1 - 0,121 = 0,879$ ou 87,9%